



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS À BIBLIOTECA ESCOLAR:

Estudo dos centros de ensino fundamental de Samambaia

BRASÍLIA

2014

ALANNA GIANIN DE SOUZA TORRES

POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS À BIBLIOTECA ESCOLAR:

Estudo dos centros de ensino fundamental de Samambaia

Monografia apresentada como pré-requisito para
obtenção de título de bacharel em Biblioteconomia
pela Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

BRASÍLIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

T693p Torres, Alanna Gianin de Souza, 1990-.

Políticas públicas aplicadas à biblioteca escolar: estudo dos centros de ensino fundamental de Samambaia / Alanna Gianin de Souza Torres. – Brasília: UnB, 2014.

107 f. il. ; 30 cm.

Monografia (graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2014.

Orientadora: Profª Drª Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque.

1. Biblioteca escolar. 2. Instituições de Ensino. 3. Educação no Brasil. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDU 027.8:338



Título: Políticas públicas aplicadas à biblioteca escolar: estudo dos centros de ensino fundamental de samambaia

Aluna: Alanna Gianin de Souza Torres

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 03 de julho de 2014.

Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Dulce Maria Baptista – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Mariana Giuberti Guedes Greenhalgh – Membro externo
Bibliotecária do Inep
Mestre em Ciência da Informação

Dedico este trabalho à minha família.

Aos meus pais, Aparecida e Lercy, e à minha irmã Maianna, por sempre acreditarem em meus sonhos e trabalharem duro para que eu pudesse realizá-los.

Dedico em especial, à você Klaudio, meu grande amor, por estar sempre presente em todos os momentos de minha vida, por ser a pessoa em quem eu sempre posso confiar, por seu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Começo com um agradecimento especial a minha Mãe, a quem devo tudo o que sou. Obrigada pelo grande exemplo de pessoa que você é, por todo o esforço e abdições para que eu me tornasse a melhor pessoa que eu pudesse ser.

Ao meu Pai, o homem mais dedicado que conheço. Por tudo que me ensinou, por todas as brincadeiras, por todas as lições. Obrigada pelas histórias contadas antes de dormir, estas se tornaram sementes para os frutos que colho hoje.

A minha irmã, Maianna, pela ajuda, pelo exemplo, e pela compreensão durante os meus momentos de estresse e desespero.

Ao meu avô, Júlio Gianin (in memoriam), que foi um avô maravilhoso, mas que infelizmente não pode estar presente nesse momento tão especial da minha vida.

Ao meu marido Klaudio, meu grande amor, meu melhor amigo, por estar sempre presente, por me ajudar a encontrar soluções quando elas pareciam não aparecer e principalmente pela paciência na elaboração deste trabalho.

As minhas lindas cachorrinhas, Lola, Pig, Mel e Pucca, pela alegria com que sempre me recebiam em casa, quando eu chegava tarde da UnB, pelo carinho, amor e amizade de que são feitos todos os animais e por me fazerem companhia nas horas de estudo.

As minhas grandes amigas, Gessyca Lago, Luciana Davis e Marília Andrade, que durante essa jornada de quatro anos e meio de vida acadêmica estiveram sempre presentes. Juntas compartilhamos muitas experiências. Que dure para sempre!

Aos meus colegas do Setor de Restauração da Biblioteca Central da UnB, Ilmara, Ivonete, Miriam, Ivanildo, Gessyca, Marília, Carol, Bia, Bruce, Áquila e Francisco. Aos meus colegas da Seção de Acervos Especiais do Tribunal Superior Eleitoral, Eveline, Ane, Diego, Ludmilla, Andrea, Luíza, João, Rafael, Heraldo, Priscylla Almeida, Pricila Faria e Priscilla Amanda, por terem me suportado durante o tempo em que eu só falava na minha monografia.

Muito obrigada por tudo, pelo auxílio, pelos conselhos, pelo maravilhoso trabalho que realizamos juntos e pelas conversas que sempre alegravam os meus dias.

A todos os meus professores da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), que muito contribuíram para a minha formação acadêmica.

À minha querida orientadora Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, pela sua orientação atenta e carinhosa, e pela confiança depositada em mim, que contribuiu muito para a realização deste trabalho.

A toda minha família, amigos, avós, primos(as) e tios(as), que tanto me incentivaram e desejaram a realização deste sonho. Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta durante este curso.

Serei sempre grata a todos vocês.

“ (...) um de meus amigos compara seus livros a uma pele que agasalha. Ele se sente aquecido, como que abrigado pelos livros. Protegido contra o erro, contra a incerteza e também contra a friagem. Estar cercado por todas as ideias do mundo, por todos os sentimentos, todo o conhecimento e todos os comportamentos possíveis, proporciona-lhe uma sensação de segurança e conforto. Você nunca sentirá frio no seio de sua biblioteca. Ei-lo protegido, em todo caso, contra os perigos da ignorância”.

Jean-Claude Carrière

RESUMO

A pesquisa aborda a identificação e avaliação das políticas públicas para bibliotecas escolares da rede pública de ensino no Brasil. Para tanto, realizou estudo em dez Centros de Ensino Fundamental da rede pública de Samambaia. Possui abordagem quali-quantitativa, com a utilização de observação, formulário e entrevista para a coleta de dados. Os resultados mostram a necessidade de se implantar políticas públicas específicas em prol da ativação de bibliotecas escolares de qualidade nas instituições de ensino do país.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Instituições de ensino. Educação no Brasil. Políticas públicas.

ABSTRACT

The research focuses on the identification and evaluation of public policies for school libraries of public schools in Brazil. For this purpose, it was conducted a study in ten public Elementary Schools in Samambaia, a suburb of Brasília. It has qualitative and quantitative approaches, using observation, form and interview for data collection. The results show the need to deploy specific public policies for activation of quality school libraries in educational institutions of the country.

Keywords: School library. Educational institutions. Education in Brazil. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobuçu, 1927.....	23
Figura 2 – Biblioteca Nacional.....	24
Figura 3 – Colégio Pedro II e Igreja de São Joaquim, 1856.....	24
Figura 4 – Fernando de Azevedo.....	26
Figura 5 – Anísio Teixeira.....	27
Figura 6 – Sala de Leitura e Livraria do Colégio dos Jesuítas de Salvador	34
Figura 7 – Teto da antiga Biblioteca do Colégio da Companhia de Jesus, Salvador, Bahia....	34
Figura 8 – Biblioteca Pública Oficial da Província de São Paulo	35
Figura 9 – Escola Americana na esquina das Ruas Ipiranga e São João, 1912.....	36
Figura 10 – Amostra através de relações hierárquicas de gradação	55
Figura 11 – Centro de Ensino Fundamental 120 de Samambaia.....	56
Figura 12 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 120 de Samambaia	57
Figura 13 – Centro de Ensino Fundamental 312 de Samambaia.....	57
Figura 14 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 312 de Samambaia	58
Figura 15 – Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia.....	58
Figura 16 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia	59
Figura 17 – Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia.....	60
Figura 18 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia	60
Figura 19 – Centro de Ensino Fundamental 411 de Samambaia.....	61

Figura 20 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 411 de Samambaia	61
Figura 21 – Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia.....	62
Figura 22 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia	62
Figura 23 – Centro de Ensino Fundamental 427 de Samambaia.....	63
Figura 24 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 427 de Samambaia	63
Figura 25 – Centro de Ensino Fundamental 504 de Samambaia.....	64
Figura 26 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 504 de Samambaia	64
Figura 27 – Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia.....	65
Figura 28 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia	65
Figura 29 – Centro de Ensino Fundamental 519 de Samambaia.....	66
Figura 30 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 519 de Samambaia	66
Figura 31 – Justificativa para a escolha dos instrumentos de coleta de dados	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis básico e exemplar em relação ao espaço físico	39
Quadro 2 – Níveis básico e exemplar em relação ao acervo	40
Quadro 3 – Níveis básico e exemplar em relação a recursos de informação eletrônica.....	41
Quadro 4 – Níveis básico e exemplar em relação aos serviços e atividades	42
Quadro 5 – Níveis básico e exemplar em relação aos recursos humanos	42
Quadro 6 – Instituições Educacionais Públicas de Samambaia	53
Quadro 7 – Vantagens e limitações da observação	68
Quadro 8 – Vantagens e limitações do formulário	69
Quadro 9 – Vantagens e limitações da entrevista.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Redistribuição da contribuição social do salário-educação.....	50
Gráfico 2 – Percepção da biblioteca escolar por parte da instituição de ensino.....	74
Gráfico 3 – Responsáveis pela Biblioteca Escolar	75
Gráfico 4 – Localização da Biblioteca Escolar	75
Gráfico 5 – Espaço físico da Biblioteca Escolar	76
Gráfico 6 – Acomodações da Biblioteca Escolar	76
Gráfico 7 – Ambiente para serviços técnicos e administrativos na Biblioteca Escolar	77
Gráfico 8 – Computadores com acesso à internet na Biblioteca Escolar	77
Gráfico 9 – Tipos de suporte da Biblioteca Escolar	78
Gráfico 10 – Serviços prestados pela Biblioteca Escolar	78
Gráfico 11 – Horário de atendimento da Biblioteca Escolar.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional
CEF	Centro de Ensino Fundamental
CRE	Coordenação Regional de Ensino
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GDF	Governo do Distrito Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MinC	Ministério da Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OAE	Organização dos Estados Americanos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDAF	Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLL	Plano Nacional de Livro e Leitura
Proinfo	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
RFB	Receita Federal do Brasil
SEB	Secretaria de Educação Básica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TCU	Tribunal de Contas da União
UCB	Universidade Castelo Branco
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	18
1.1.	OBJETIVOS.....	18
1.1.1.	Objetivo Geral:.....	18
1.1.2.	Objetivos Específicos:.....	18
2.	JUSTIFICATIVA.....	19
3.	REVISÃO DE LITERATURA.....	21
3.1.	EDUCAÇÃO.....	21
3.1.1.	Conceito de Educação.....	21
3.1.2.	História da Educação no Brasil.....	22
3.1.3.	Educação Básica.....	29
3.1.4.	Ensino Fundamental.....	30
3.2.	BIBLIOTECA ESCOLAR.....	32
3.2.1.	Conceito de Biblioteca Escolar.....	32
3.2.2.	História da Biblioteca Escolar no Brasil.....	33
3.2.3.	Situação atual da Biblioteca Escolar no Brasil.....	37
3.2.4.	Modelo de Biblioteca Escolar: parâmetros.....	38
3.3.	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	44
3.3.1.	Conceito de Políticas Públicas.....	44
3.3.2.	História das Políticas Públicas no Brasil.....	45

	17
3.3.3. Políticas Públicas para a Biblioteca Escolar	46
4. METODOLOGIA.....	52
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	52
4.2. UNIVERSO DE PESQUISA	53
4.2.1. População	53
4.2.2. Amostra.....	55
4.3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	67
4.3.1. Observação.....	67
4.3.2. Formulário.....	68
4.3.3. Entrevista	70
4.4. INSTRUMENTOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	72
4.5. PRÉ-TESTE	72
4.6. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	73
5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	74
5.1. SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES.....	74
5.2. APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	80
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A – Solicitação de entrevista.....	102
APÊNDICE B – Roteiro da entrevista.....	103
APÊNDICE C – Formulário	105

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é um estudo sobre as políticas públicas e as influências no papel desempenhado por bibliotecas escolares de instituições de ensino fundamental da rede pública de Samambaia. Para tanto, foram identificadas políticas públicas educacionais que não englobem apenas a distribuição de livros e a leitura, mas também a capacitação profissional dos funcionários das bibliotecas, a melhoria da estrutura e da localização do espaço e a garantia da qualidade de acervo. Constituiu-se como referencial teórico para a pesquisa, estudos relacionados à Educação no Brasil, à Biblioteca Escolar e às Políticas Públicas.

Nesse sentido, cabe questionar como as políticas públicas existentes contribuem para a biblioteca escolar exercer os papéis educacional e cultural como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

1.1. OBJETIVOS

Objetivo, de acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), significa “aquilo que se pretende alcançar quando se realiza uma ação; propósito”. No estudo, foram delineados o objetivo geral e três objetivos específicos.

1.1.1. Objetivo Geral:

Diagnosticar como as políticas públicas existentes contribuem para o exercício dos papéis educacional e cultural da biblioteca escolar como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

1.1.2. Objetivos Específicos:

- I. Identificar a situação das bibliotecas escolares dos Centros de Ensino Fundamental da rede pública de ensino de Samambaia, no que se refere aos recursos (humanos,

financeiros, tecnológicos e informacionais); à infraestrutura; e aos serviços e produtos ofertados;

- II. Descrever a utilização de políticas públicas pelas bibliotecas escolares selecionadas;
- III. Verificar se as políticas públicas existentes são suficientes para que a biblioteca escolar da rede pública possa cumprir os papéis educacional e cultural.

2. JUSTIFICATIVA

Atualmente, têm proliferado os estudos sobre a qualidade da educação no Brasil, o que acarreta o aumento de programas e ações governamentais, que visam à melhoria do sistema educacional. Tal realidade não foi capaz, entretanto, de evidenciar a biblioteca escolar como parte da escola e espaço importante do processo de ensino-aprendizagem.

Na sociedade contemporânea, a leitura e pesquisa são imprescindíveis para o aprender a aprender. Em relação à leitura, para que o gosto pela atividade se consolide na vida de todos os cidadãos, é importante o estímulo desde a infância. A biblioteca escolar, de acordo com Pimentel, Bernardes e Santana (2007, p. 28), “deve ser encarada como um espaço dinâmico e indispensável na formação do cidadão. É a biblioteca escolar que abrirá, ainda no ensino básico, os caminhos para que os alunos desenvolvam a curiosidade e o senso crítico que os levarão à cidadania plena”.

Nesse contexto, a biblioteca escolar desempenha importante papel no processo de ensino-aprendizagem, posto que é o local por excelência, onde os referidos processos de aprender a aprender se desenvolvem. Isso é possível graças à vocação da biblioteca em fornecer recursos e produtos necessários para que os estudantes utilizem adequadamente as unidades e as fontes de informação.

Tal vocação, entretanto, não se realiza na maioria das bibliotecas escolares brasileiras pela falta de recursos financeiros suficientes para manter e atualizar os acervos e investir em tecnologia ou contratar profissionais com a habilitação necessária. Dessa constatação, emerge a necessidade de identificar e avaliar as políticas públicas para bibliotecas escolares.

Nesse sentido, é importante mencionar que o objetivo das políticas públicas é propiciar à sociedade a melhoria da qualidade de vida, seja no âmbito educacional, social e/ou cultural, ao criar e colocar em prática ações que transformem a realidade social. Para que tais políticas tenham sucesso, é preciso que o profissional formado em biblioteconomia esteja engajado na

busca por um modelo de biblioteca escolar adequada, que possa fomentar o gosto pela leitura, a curiosidade, a capacitação informacional e o senso crítico entre os estudantes.

No que se refere às políticas públicas direcionadas às bibliotecas escolares especificamente, existe carência de programas e ações eficazes que não englobem somente a distribuição de livros, mas abranja também a capacitação profissional de funcionários, a estrutura e localização do espaço e a qualidade do acervo. Para que a biblioteca escolar possa cumprir seu papel, é necessária a participação política das instituições de ensino, responsáveis por mantê-la funcionando adequadamente.

Diante disso, o presente trabalho objetiva diagnosticar a contribuição das políticas públicas existentes no contexto da biblioteca escolar para que exerça os papéis educacional e cultural como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Neste tópico, apresenta-se a revisão de literatura referente a aplicação de políticas governamentais em bibliotecas escolares da rede pública de ensino. De acordo com Walter (2004), revisão de literatura é um tipo de texto que discute e reúne informações acerca de determinada área temática de interesse, fornecendo uma visão geral e evidenciando os principais temas da literatura selecionada. Nesse tópico, são tratados os conceitos de educação, biblioteca escolar e políticas públicas voltadas para as bibliotecas escolares.

3.1. EDUCAÇÃO

Para compreender a aplicação das políticas públicas às bibliotecas escolares, é necessário abordar o conceito de educação, bem como as linhas gerais das transformações ocorridas no Brasil desde a chegada dos portugueses em 1500 até a atual situação e a organização do sistema educacional.

3.1.1. Conceito de Educação

De acordo com Cornélius Castoriadis (1982), a sociedade humana é auto-instituição, ou seja, é uma auto-criação, que ocorre mediante processo efetivado por significações, valores fundamentais que dão sentido a uma sociedade e propicia identidade. Viver em sociedade significa estar cercado de significações criadas para dar sentido e orientação a vida em sociedade, e diante disso, cada indivíduo deve encontrar sentido para vida, com a construção da identidade pessoal e senso crítico. Nesse processo, que a educação desempenha sua função.

Não existe método único ou modelo de educação fixo a ser seguido. Brandão (2007, p. 10) afirma que “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Para Córdova (2008, p. 14), educação

[...] é um processo pelo qual a sociedade “fabrica” ou “modela” os indivíduos que a constituem, assegurando sua reprodução ou continuidade histórica enquanto tal. Por

esse longo processo de “escolarização” que dura a vida toda, a sociedade repassa a seus membros as suas instituições, ou seja, suas significações imaginárias, os seus valores, os seus saberes (suas interpretações do mundo, seus conhecimentos, suas “leis”, suas normas), o seu saber fazer (as suas técnicas) (CÓRDOVA, 2008, p. 14).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a educação deve compreender os processos formativos desenvolvidos em cada momento da vida, nas diversas instituições da sociedade, sejam elas, educacionais, familiares, organizacionais, sociais ou culturais, com vistas ao desenvolvimento absoluto do estudante.

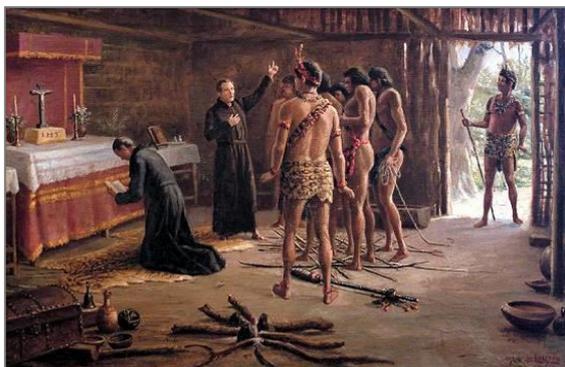
O conceito de educação é relativo, pois a educação existe e é produzida com base na sociedade em que está inserida. Pode-se inferir, portanto, que a formação de um país condiciona a estruturação do próprio modelo de ensino. Ou seja, a educação é o processo pelo qual a sociedade repassa ao povo as suas significações, seus valores, assegurando a sua continuidade (CÓRDOVA, 2008). Nesse sentido, a educação tem como dever propiciar ao educando “os meios necessários para entender o mundo em que vive e o momento histórico em que está situado [...]” (MENESES, 2004, p. 15).

3.1.2. História da Educação no Brasil

A história da educação no Brasil é anterior à chegada, em 22 de abril de 1500, da frota comandada por Pedro Álvares Cabral. Sem técnicas preestabelecidas de educação sistemática, os povos indígenas que habitavam o Brasil aprendiam por meio das relações sociais. Os mais jovens indígenas aprendiam participando das atividades desenvolvidas na tribo, garantindo assim os conhecimentos necessários para a vida adulta. Com a chegada dos portugueses, que viviam outra realidade na qual o mercantilismo tinha um forte papel, os indígenas foram gradualmente aprendendo novos valores, formas de pensar, de agir, de ser e de se relacionar. (BELLO, 2001; CÓRDOVA, 2008; UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO, 2007).

A educação sistemática no Brasil começa com a chegada dos jesuítas em 1549, comandados por Manuel de Nóbrega, (Figura 1). Baseada no modelo europeu vigente em

Figura 1 – Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobuçú, Portugal, a educação dava continuidade ao processo de imposição cultural, com a finalidade de catequizar os nativos, propagar o cristianismo e difundir a cultura europeia (UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO, 2007). Em troca de educar os meninos brancos, a Coroa financiava o sistema por meio da redízima, que correspondia a 10% das dízimas que o reino recebia como tributação. Segundo Córdova (2008, p. 20),



Fonte: Wikimedia Commons (2013)

Portugal, a educação dava continuidade ao processo de imposição cultural, com a finalidade de catequizar os nativos, propagar o cristianismo e difundir a cultura europeia (UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO, 2007). Em troca de educar os meninos brancos, a Coroa financiava o sistema por meio da redízima, que correspondia a 10% das dízimas que o reino recebia como tributação. Segundo Córdova (2008, p. 20),

Econômica e politicamente, instituiu-se a escolarização como extensão do Estado português. Sendo privado, era financiado com recursos públicos. Pedagogicamente, em sentido estrito, apoiava-se na *ratio studiorum*, que eram as disposições da Companhia de Jesus, ordem religiosa recém-criada para contrapor-se ao protestantismo reformista e assegurar a defesa da ortodoxia católica. Esta determinava, além do elementar “ensinar a ler, escrever e contar”, o ensino das Humanidades (Gramática, Literatura (Humanidades) e Retórica), das Artes (Filosofia: Lógica, Metafísica e Filosofia Moral) e da Teologia (Ciências Sagradas) (CÓRDOVA, 2008, p. 20).

Para que os indígenas tivessem algum valor para os europeus, era preciso ensiná-los a trabalhar. Mas, como não estavam familiarizados com esse modo de vida, rendiam pouca mão-de-obra. Por esse motivo, os portugueses resolveram buscar negros na África para trabalhar nas terras. Desde então, a população que era formada pelos indígenas e colonizadores brancos, tivera o acréscimo de uma numerosa mão-de-obra escrava vinda da África. Contudo, os escravos negros não possuíam qualquer direito a educação (CÓRDOVA, 2008).

Em 1759, o Marquês de Pombal, influenciado pelos ideais iluministas, expulsa os jesuítas das colônias. O objetivo era substituir a educação existente, pois esta, além de servir aos interesses da Companhia, dava aos jesuítas poder sobre as populações indígenas, que poderia ser exercido pelo estado português. Os seja, enquanto a Companhia de Jesus servia aos interesses da fé, o Marquês de Pombal servia aos interesses do Estado (BELLO, 2001, p. 4).

Pombal, ao expulsar os jesuítas e assumir a responsabilidade pela educação, pretendia reformar os métodos educacionais para colocá-los à serviço do Estado, substituindo os métodos pedagógicos da Companhia de Jesus por uma nova metodologia condizente com os ideais

Figura 2 – Biblioteca Nacional.



Fonte: Wikimedia Commons (2014)

iluministas. Os resultados, entretanto, foram desastrosos. Apesar das propostas formais, as reformas nunca foram implantadas adequadamente, promovendo um período longo de desorganização e decadência da educação no período colonial (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006).

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, não havia praticamente nada em matéria de ensino. Coube a D. João VI a instalação de espaços culturais, com o objetivo de atender às necessidades de estadia da família real, como, por exemplo, a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional (Figura 2), o Museu Nacional e o Jardim Botânico. Inicialmente, apenas o ensino superior foi impulsionado com o objetivo de viabilizar a vida dos nobres instalados no Brasil, reforçando, assim, o caráter elitista da educação brasileira. Não havia interesse no ensino primário e o secundário privilegiava o repasse de conhecimentos mínimos preparatórios para a faculdade. Nessa época, não existia currículo pré-estabelecido, prejudicando, portanto, o sistema educacional da época (BELLO, 2001; CÓRDOVA, 2008).

Em 1821, D. João VI volta a Portugal e, em 1822, o filho D. Pedro I proclama a Independência do Brasil, outorgando, em 1824, a primeira Constituição brasileira (BELLO, 2001). A Constituição de 1824, artigo XXXII, determinava a “instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos”, embora isso não garantisse que a população tivesse direito ao ensino.

A descentralização do ensino, criada pelo Ato Adicional, de 1834, acarretou prejuízos à educação brasileira, atribuindo à Coroa a administração do ensino superior, enquanto às províncias, eram destinadas as escolas elementar e secundária. Ou seja, a educação da elite ficou a cargo do poder central, enquanto a da população ficou a cargo das províncias. Como resultado, não havia vínculo entre os currículos dos diversos níveis de ensino e a falta de recursos financeiros torna-se um grande problema para qualquer tipo de realização, seja para a construção de escolas, a preparação de professores ou a sua remuneração adequada (ARANHA, 1996).

Em 1837, é criado o Colégio D. Pedro II destinado a servir como padrão de ensino (Figura 3). Sob a jurisdição da Coroa portuguesa, o Colégio foi o único a possuir autorização

Figura 3 – Colégio Pedro II e Igreja de São Joaquim, 1856.



Fonte: Wikimedia Commons (2013)

para realizar exames, que conferiam o grau de bacharel, indispensável ao acesso aos cursos de nível superior (ARANHA, 1996).

A instauração da República, em 1889, promoveu mudanças na educação. Intelectuais e políticos da época se preocupavam com as altas taxas de analfabetismo do país. Em 1891, ocorre a primeira reforma educacional no período republicano, criada por Benjamim Constant, na época Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, que “tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária” (BELLO, 2001, p. 6). Durante a Primeira República foram implantadas diversas reformas com o objetivo de instaurar ensino unificado para o país. Bello (2001, p. 6) aponta as seguintes mudanças:

O Código Epitácio Pessoa, de 1901, inclui a lógica entre as matérias e retira a biologia, a sociologia e a moral, acentuando, assim, a parte literária em detrimento da científica. A Reforma Rivadávia Correa, de 1911, pretendeu que o curso secundário se tornasse formador do cidadão e não como simples promotor a um nível seguinte. Retomando a orientação positivista, prega a liberdade de ensino, entendendo-se como a possibilidade de oferta de ensino que não seja por escolas oficiais, e de frequência. Além disso, prega ainda a abolição do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento e transfere os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades. Os resultados desta Reforma foram desastrosos para a educação brasileira. Num período complexo da História do Brasil surge a Reforma João Luiz Alves que introduz a cadeira de Moral e Cívica com a intenção de tentar combater os protestos estudantis contra o governo do presidente Arthur Bernardes (BELLO, 2001, p. 6).

Entretanto, para Romanelli (1978) todas essas reformas foram apenas tentativas fracassadas, que mesmo instauradas, representavam apenas o pensamento isolado dos comandos políticos. As diversas ideias educacionais surgidas na Primeira República, na realidade, mostravam um sistema de ensino que deixava de lado o ensino primário, o que não contribuía para a diminuição das altas taxas de analfabetismo e os outros graus de ensino continuaram a privilegiar a classe dominante (UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO, 2007).

A partir da Revolução de 1930, surgem as reformas educacionais mais significativas da educação. Devido à acumulação de capital adquirida no período anterior, torna-se possível o investimento no mercado interno e na produção industrial. Essa nova realidade exigia mão-de-obra especializada, que demandou o investimento na educação. No mesmo ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, reconhecendo a necessidade de se enfrentar o

problema educacional. É a Reforma Francisco Campos que, em 1931, iniciou o processo, sancionando decretos que organizaram o ensino secundário e as universidades brasileiras (BELLO, 2001; CÓRDOVA, 2008; UCB, 2007; ARANHA, 1996).

Em 1932, é divulgado ao povo e ao governo o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. O documento procurava despertar a população brasileira para a importância da reforma educacional. Redigido por Fernando de Azevedo (Figura 4), figuram entre os seus signatários, intelectuais brasileiros como Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Almeida Júnior, Paschoal Lemme, entre outros. Fernando de Azevedo (1932, p. 33) inicia o Manifesto com a visão dos educadores acerca da realidade da educação brasileira:

Figura 4 – Fernando de Azevedo



Fonte: Instituto Paulo Freire (2013)

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação. Nem mesmo os de carácter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. [...]. A situação atual, criada pela sucessão periódica de reformas parciais e frequentemente arbitrarias, lançadas sem solidez econômica e sem visão global do problema, em todos seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruínas, outras abandonadas em seus alicerces, e as melhores, ainda em termos de serem despojadas de seus andaimes... (AZEVEDO, et al., 1932, p. 33).

O Manifesto representou a tomada de consciência da população brasileira quanto à defasagem da educação perante as exigências do desenvolvimento (ARANHA, 1996). Os reflexos aparecem na Constituição de 1934, que dispõe, no artigo 149, a educação como direito de todos e responsabilidade da família e do poder público. Ainda em 1934, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), primeira universidade organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 (BELLO, 2001; CÓRDOVA, 2008)

O Manifesto de 1932 e a Constituição de 1934 traçam, pela primeira vez, as linhas de uma política educacional brasileira. Os efeitos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foram contemplados na Constituição de 1934. Pela primeira vez na história, surgem diretrizes

e bases para a educação, com a proposta de realização de um plano nacional. Contudo, a outorga da nova Constituição de 1937 reflete tendências fascistas, fazendo com que as conquistas do movimento renovador, que influenciaram a Constituição de 1934, fossem enfraquecidas na nova Constituição de 1937. A chegada do Estado Novo significou um retrocesso para a educação. De acordo com a Universidade Castelo Branco (2007), o direito a educação se torna pouco claro, pois o Estado dava mais importância a educação particular e eximia-se das responsabilidades da educação pública.

A partir de 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, iniciou-se a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino, reformando vários ramos do ensino médio. O curso secundário é reestruturado e passa a ser composto por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, este dividido em curso clássico e científico. O ensino colegial perdeu o aspecto propedêutico e passou a se preocupar com a formação geral (ARANHA, 1996).

Com o fim do Estado Novo, em 1946, adotou-se uma Constituição de cunho liberal e democrático. Na área de educação, a Constituição retomou o preceito estabelecido pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de que a educação é direito de todos. No mesmo ano, o Ministro Raul Leitão da Cunha regulamenta o Ensino Primário e o Ensino Normal e cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em 1948, iniciou-se a discussão para a elaboração de uma Lei de Diretrizes Básicas da Educação, baseada nas discussões da comissão proposta pelo deputado Clemente Mariani, que tinha o objetivo de elaborar um projeto de reforma geral da educação brasileira (BELLO, 2001).

Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi denominado Ministério da Educação e

Figura 5 – Anísio Teixeira



Fonte: O Nordeste ([200-])

Cultura (MEC), devido à autonomia dada à área da saúde. Até 1960, o sistema educacional brasileiro era centralizado. Após 13 anos de debates, finalmente, foi aprovada a Lei nº 4.024/61, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo, assim, a centralização do MEC. A partir de 1961 é que o sistema se organizou de forma coerente (CÓRDOVA, 2008).

De acordo com Bello (2001), esse período ficou marcado como o mais fértil da história da educação brasileira. Em 1950, Anísio Teixeira (Figura 5), inaugurou em Salvador o Centro Popular de Educação, que deu início a ideia de escola-

classe e escola-parque; o educador Lauro de Oliveira Lima iniciou, em 1952, uma didática baseada nas teorias de Jean Piaget; teve início, em 1961, uma campanha para a alfabetização de adultos em 40 horas, por meio da didática criada por Paulo Freire; em 1962 criou-se o Conselho Federal de Educação e, no mesmo ano o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização pelo Ministério da Educação e Cultura, ambos inspirados no Método Paulo Freire.

Devido ao golpe militar, em março de 1964, as iniciativas de redemocratizar a educação brasileira sofreram revés. Durante o Regime Militar, professores, alunos e funcionários da educação tiveram as ações controladas pelo governo e eram severamente punidos se agissem contra o regime; as universidades foram invadidas e passaram a ser alvo de reforma. A ditadura militar incentivou a privatização do ensino superior, que aconteceu de maneira desordenada e acabou prejudicando a qualidade dos estudos; os ensinos fundamental e médio também foram atingidos, passando a oferecer obrigatoriamente o ensino profissionalizante (ARANHA, 1996; UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO, 2007).

No intuito de combater a expansão do analfabetismo, o governo lança em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), afirmando a possibilidade de reduzir o índice de analfabetos no país, porém os resultados desse plano de alfabetização não foram alcançados (UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO, 2007).

As reformas feitas na educação brasileira no período da Ditadura Militar não resolveram os seus problemas e alguns deles ainda são evidentes no sistema de educação atual: alto índice de abandono e repetência, deficiência de recursos humanos, materiais e estruturais, professores mal remunerados e alto índice de analfabetismo.

Com o fim do Regime Militar as discussões sobre as questões educacionais assumiram caráter político que, segundo Bello (2001), foi resultado da participação ativa de pensadores de diversas áreas do conhecimento, que, por estarem impedidos de atuar em suas funções, devido ao Regime Militar, passaram a discutir a educação num sentido mais amplo.

Entretanto, se as consequências deixadas pelo Regime Militar foram grandes, os diversos movimentos históricos, através da luta entre classes, produziram situações promissoras para a viabilização da democracia (GHIRALDELLI JUNIOR, 1994).

Em 1985, é dada autonomia a área da cultura e em 1992 uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto. A partir de 1995, o MEC passou a ser responsável apenas pela educação.

A Constituição brasileira, de 1988, garantiu a educação como direito de todos os cidadãos e dever do estado, de forma gratuita e obrigatória, independentemente da idade. No

mesmo ano, o projeto de lei para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elísio. No ano de 1992, o senador Darcy Ribeiro apresenta um novo projeto, aprovado em dezembro de 1996.

Ainda em 1996, o MEC criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), voltado para o ensino fundamental, mas que em 2006 foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O momento atual, denominado Nova República, apresentou avanços e recuos em relação à educação. No Brasil, há grande defasagem na educação em comparação com os países desenvolvidos. Entretanto, há grande valorização dos estudos pedagógicos e a sociedade tem se expressado cada vez mais, exigindo os direitos dos cidadãos (ARANHA, 1996). De acordo com a Universidade Castelo Branco (2001, p. 32), como este momento “está ainda por ser construído, cabe o nosso esforço e compromisso no intuito de oferecer uma educação de qualidade que privilegie aqueles que sempre foram excluídos dos bens culturais desta sociedade”.

3.1.3. Educação Básica

A Educação Básica no Brasil, de acordo com o art. 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, é o nível de ensino que compreende a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. De acordo com o MEC, a educação básica “é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. O art. 22 da LDB estabelece a finalidade da educação básica:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meio para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

Trata-se de um conceito amplo, fruto de muita luta por parte dos envolvidos na formalização da Lei. A ideia de desenvolver o educando é o resultado do reconhecimento da importância da educação para o pleno desenvolvimento do cidadão nos diversos momentos de

sua vida (CURY, 2002). Esse direito é assegurado pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e Adolescente, respectivamente:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2011).

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1990).

Segundo Cury (2002), a etimologia da palavra base remete ao conceito de suporte, fundação, e, por outro lado, se vincula à noção de várias etapas que integram um só todo. Desse modo, conclui-se que a educação infantil é o alicerce da educação básica, o ensino fundamental é o tronco e o ensino médio o acabamento.

No art. 4º da LDB, a educação básica é tratada como direito do cidadão e dever do Estado, sendo, portanto, um direito social indispensável para a concretização de uma sociedade justa e democrática (CURY, 2002).

Nesse contexto, a Secretaria de Educação Básica foi criada no âmbito do MEC com o objetivo de zelar por todas as etapas da educação básica. Os documentos que norteiam as suas ações são: a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e Plano Nacional de Educação para os anos 2011-2010.

Na organização do Estado brasileiro, as diretrizes educacionais são conferidas pela LDB aos diversos entes federativos (União, Distrito Federal, Estados e Municípios). A seguir será abordada mais especificamente a etapa do ensino fundamental, posto que foi sobre este nível da educação que se desenvolveu a pesquisa deste trabalho.

3.1.4. Ensino Fundamental

No Brasil, o Ensino Fundamental, que se constitui como a segunda etapa da educação básica, é obrigatório, com acesso público e gratuito, estruturado em nove anos, iniciando-se aos

6 anos de idade. Dividido em duas fases, anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano), tem por objetivo

a formação integral do indivíduo para o exercício pleno da cidadania, pautando-se nos princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento e respeito à diversidade, além da valorização de professores/as e da gestão democrática do ensino público como garantia da qualidade da educação. (DISTRITO FEDERAL, [20--]).

Em 2006, a Lei nº 11.274 estabeleceu a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, que antes era abrangido na educação infantil. Essa mudança tem como perspectiva melhorar as condições da Educação Básica, estruturar o ensino fundamental e assegurar o aumento de tempo para a alfabetização e o letramento (BRASIL, 2013).

3.2. BIBLIOTECA ESCOLAR

Neste tópico, aborda-se o tema da Biblioteca Escolar, com breve panorama da história e transformações ocorridas no Brasil, em relação ao conceito, papel no processo de ensino-aprendizagem, bem como os parâmetros necessários para atingir tal finalidade.

3.2.1. Conceito de Biblioteca Escolar

De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008, p. 51), a biblioteca escolar é “a que está ligada a estabelecimento de ensino, fundamental ou médio, destinada a alunos e professores”. É evidente o vínculo entre a biblioteca escolar e a instituição de ensino, entretanto, a definição é mais complexa. Para Pimentel, Bernardes e Santana (2007, p. 23), a Biblioteca Escolar

Localiza-se em escolas e é organizada para integrar-se com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação (PIMENTEL, 2007, p. 23).

Santana Filho (2005) ressalta que o papel da biblioteca escolar “é incentivar a leitura reflexiva, pois através dela o aluno terá outra concepção do texto, não como algo estático, desprovido de sentido e de valor, mas como algo vivo, repleto de significados e informações interessantes”.

Tradicionalmente era do o bibliotecário o papel primordial de fomentar a leitura. Hoje, devido ao volume crescente de informações, esse papel é ampliado, sendo a capacitação informacional uma necessidade para que os estudantes estejam aptos a utilizar o vasto conteúdo informacional disponível (CAMPELLO, 2009).

Segundo Gasque (2013), é essencial que a biblioteca escolar possibilite o acesso à informação. É preciso, entretanto, que a biblioteca se integre pedagogicamente à instituição de ensino, atuando, portanto, como recurso do sistema educativo.

Em 1985, a Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio de um modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares, envolvendo a Colômbia, a Costa Rica, a Venezuela e o Peru, sintetizou o conceito de biblioteca escolar como

Uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educativo e participa de seus objetivos, metas e fins. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atividade científica; Constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente, estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apóia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisão em aula. Trabalha também com os pais de família e com outros agentes da comunidade (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1985, p. 22).

A partir deste conceito é possível perceber que a biblioteca escolar deve integrar o sistema educacional. Nesse sentido, Gasque e Tescarolo (2010, p. 13) argumentam que aprender é muito mais do que armazenar e processar informações. Aprender envolve buscar, recuperar e usar informações, através dos diversos recursos disponíveis “para desconstruir e depois ser capaz de reconstruir uma arquitetura conceitual e epistemológica realmente efetiva no entendimento do que está acontecendo hoje no mundo, com intenções de melhorar as condições de vida da humanidade”.

3.2.2. História da Biblioteca Escolar no Brasil

Até a primeira metade do século XVI não há registros sobre a existência de livros no Brasil. Assim como a educação sistemática, que começou com a chegada dos jesuítas, o país só passou a ter livros na segunda metade do século, em 1549. Segundo Moraes (2006), era raro existirem livros em acervos particulares, entretanto, eram numerosos nos Colégios da Companhia de Jesus e, possivelmente, nos conventos das outras ordens existentes no Brasil.

Os primeiros colégios foram fundados pelas ordens religiosas e junto com eles as primeiras bibliotecas do Brasil. Os jesuítas trouxeram livros, mas estes não supriam as necessidades dos colégios que fundaram, razão pela qual, chegaram de Portugal livros de gêneros variados para a educação dos estudantes e aperfeiçoamento dos mestres. Desse modo, ao final do século XVI, os jesuítas instalaram uma biblioteca no colégio, em Salvador. Aos poucos, as demais bibliotecas dos colégios da Companhia de Jesus tiveram os acervos aumentados e ao final do século XVI havia várias bibliotecas (MORAES, 2006).

De acordo com o padre Serafim Leite (2004), pesquisador da atuação dos padres da Companhia de Jesus no período colonial brasileiro, a biblioteca do colégio do Maranhão ficava instalada em sala especial, onde cabiam mais de 4000 volumes. No ano de 1775, a Biblioteca do Rio de Janeiro possuía acervo de 5.434 livros; a do Colégio de Santo Alexandre do Pará mais de 2.000 volumes; e a do Colégio da Vigia, 1.010 volumes. A Biblioteca mais abastada do período, entretanto, pertencia ao Colégio da Bahia (Figura 6) considerada a biblioteca mais importante do Brasil. O acervo dessa biblioteca começou a se desenvolver por volta de 1549 com livros trazidos por Manuel de Nóbrega. Em sua reconstrução, em 1624, projetou-se para a Biblioteca um dos mais belos salões do Brasil cujo teto, denominado Triunfo da Providência, “é uma das joias da pintura brasileira”, pintada por António Simões Ribeiro (Figura 7). Em 1694, passou a ter 3.000 livros e, em 1775, possuía 15.000 volumes. A partir do século XVII, outras ordens religiosas construíram colégios com bibliotecas escolares (SILVA, J., 2011). Destacam-se, além dos jesuítas, as ordens dos franciscanos, beneditinos e carmelitas que aportaram ao Brasil por volta do século XVII.

Figura 6 – Sala de Leitura e Livraria do Colégio dos Jesuítas de Salvador



Fonte: Bibliomania (2013).

A Biblioteca mais abastada do período, entretanto, pertencia ao Colégio da Bahia (Figura 6) considerada a biblioteca mais importante do Brasil. O acervo dessa biblioteca começou a se desenvolver por volta de 1549 com livros trazidos por Manuel de Nóbrega. Em sua reconstrução, em 1624, projetou-se para a Biblioteca um dos mais belos salões do Brasil cujo teto, denominado Triunfo da Providência, “é uma das joias da pintura brasileira”, pintada por António Simões Ribeiro (Figura 7). Em 1694, passou a ter 3.000 livros e, em 1775, possuía 15.000 volumes. A partir do século XVII, outras ordens religiosas construíram colégios com bibliotecas escolares (SILVA, J., 2011). Destacam-se, além dos jesuítas, as ordens dos franciscanos, beneditinos e carmelitas que aportaram ao Brasil por volta do século XVII.

Figura 7 – Teto da antiga Biblioteca do Colégio da Companhia de Jesus, Salvador, Bahia.



Fonte: Sobral (2008)

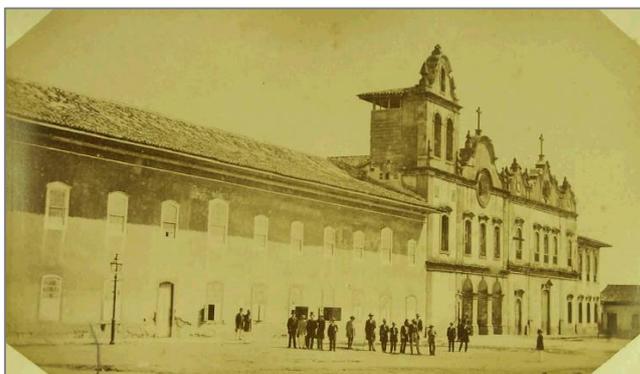
Em meados do século XIX, os colégios religiosos perdem a força na construção das bibliotecas escolares. Isso porque mediante circular de 19 de maio de 1835, o governo imperial proíbe definitivamente o noviciado, e as ordens religiosas entram em decadência. Algumas bibliotecas resistiram mais tempo que outras, entretanto, a decadência dos conventos, em decorrência da expulsão dos jesuítas, fez com que grande parte dos acervos fossem abandonados e, conseqüentemente destruídos, devido à umidade e aos agentes físicos (MORAES, 2006; SILVA, J., 2011). Gonçalves Dias (1853 apud MORAES, 2006, p. 26), descreve o que encontrou na biblioteca de São Luiz do Maranhão:

[...] Quanto à parte literária, é o convento de Santo Antônio o que mais avulta, contendo uma biblioteca de quase 2000 volumes; mas, por negligência, acham-se muitos, quase todos, danificados em sete ou oito estantes sem ordem alguma e colocados em uma sala incômoda para o estudo, por ser vivamente ferida pelo sol, sem uma mesa de estudo, sem uma cadeira [...] Não havendo um catálogo na biblioteca, tive de percorrer os volumes um por um para que ao menos soubesse o que eles continham, e na esperança de encontrar entre eles livros dos quais faltam nas nossas principais bibliotecas, ou algum manuscrito esquecido. Nada disso: são volumes de teologia casuística, de filosofia rançosa, que ao abrir-se pareciam estranhar e queixar-se da mão, que os importunava no descanso morto, em que jaziam. [...] As Mercês tiveram em outro tempo uma grande e vasta livraria [...] Estragaram-se ou desapareceram: os que restam cabem em três pequenas prateleiras, arrumados de topo, sem outra ordem mais que as teias de aranha que os ligam [...] Da livraria e arquivo dos jesuítas (confiados ao cuidado do bispo diocesano por carta régia de 11 de junho de 1761) em 1831 não se acharam senão mil volumes, e esses completamente destruídos [...] Os vinte anos que depois decorreram bastaram para consumir essa obra de destruição. Nada há hoje que aproveitar do arquivo dos jesuítas! (DIAS, 1853 apud MORAES, 2006 p. 26).

Até o fim do século XVIII, as bibliotecas eram raras. Com a independência política do Brasil e a decadência e desaparecimento dos colégios religiosos, a educação alcançava lentamente o restante da população. Ao outorgar a Constituição de 1824, D. Pedro I garantiu a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos brasileiros (MILANESI, 1986).

Em 1825, é criada a primeira Biblioteca Pública Oficial da Província de São Paulo (Figura 8), que funcionava no Convento dos Franciscanos. Em 1827, devido ao decreto de criação de cursos jurídicos no Brasil, a biblioteca é anexada à Faculdade de Direito que funcionava na dependência do próprio convento, mas que, em 1934, com a criação da

Figura 8 – Biblioteca Pública Oficial da Província de São Paulo



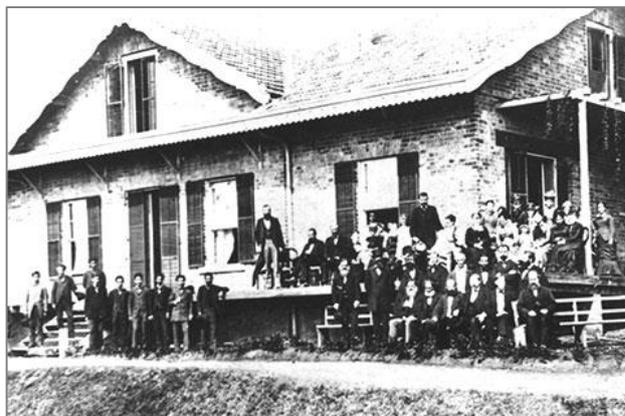
Fonte: Wikimedia Commons (2014)

Universidade de São Paulo (USP), instalou-se nas atuais dependências da Faculdade de Direito (CASTRO, 2000).

Em 1870, é criado o Mackenzie College (Figura 9), por George Whitehill Chamberlain e sua esposa Mary Annesly. Apenas em 1926 foi inaugurado o prédio da biblioteca do Mackenzie College,

denominada George Alexandre. Neste ambiente, implantou-se, pela primeira vez no Brasil, o modelo pragmático de organização de bibliotecas, em conformidade com a pedagogia norte-americana adotada pelo Mackenzie. Segundo Castro (2000, p. 65), como não haviam bibliotecários formados no Brasil, trouxeram Ms. Dorothy Murriel Groop, contratada pelo Mackenzie em Nova York,

Figura 9 – Escola Americana na esquina das Ruas Ipiranga e São João, 1912.



Fonte: Mackenzie (2014)

com o objetivo de reorganizar o acervo, introduzir novos processos nos catálogos e na localização dos livros, e ministrar um curso básico de biblioteconomia para funcionários, professores e bibliotecários de outras instituições.

A primeira diretora da biblioteca foi Adelpha Rodrigues de Figueiredo que, devido ao interesse pela organização técnica do acervo, submeteu-se diversas vezes ao concurso oferecido anualmente pela *American Association of University Woman*, sendo aprovada em 1930. Ao retornar ao Brasil, em 1931, após cursar a Escola de Biblioteconomia de Columbia University, de Nova York, reassumiu a direção da biblioteca George Alexandre (CASTRO, 2000).

A biblioteca escolar ganhou novo formato no final do século XIX e início do século XX, adquirindo, a partir da década de 70, a forma atual e inicia-se no Brasil a necessidade de bibliotecas escolares. Como afirmam Eggert-Steindel e Fonseca (2009), as reformas baseadas na Escola Nova realizadas por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira reconheceram a biblioteca escolar como parte do sistema de ensino. Válio (1990) afirma que a criação de bibliotecas escolares, no sentido que ela tem na atualidade, começou com a fundação das escolas normais.

Na década de 1940, iniciou-se a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino que incluía a biblioteca escolar no processo de reforma educacional. O objetivo era a valorização e estímulo ao processo de ensino-aprendizagem, mediante a intensificação do gosto pela leitura.

De acordo com o documento do Ministério da Educação e Saúde (1942, p. 28 e 29 apud SILVA, J., 2011, p. 496):

O acervo das bibliotecas deve ser composto por [...] livros sobre viagens, ciências naturais (tanto quando possível sob a forma atrativa), biografias, poesias, obras didáticas, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo. [...]

As bibliotecas deverão ser enriquecidas com coletâneas feitas pelos próprios alunos com recortes de jornais, reunidos pelos assuntos: poesias fáceis, poesias para classes adiantadas, artigos sobre economia política, contos infantis, charadas, notícias históricas e outros. Quando houver oportunidade, promover-se-á sessão literária e artística, com finalidade educativa, aproveitando-se, quanto possível, a colaboração de intelectuais, ou artistas que estiverem de passagem pela localidade (1942, p. 28 e 29 apud SILVA, J., 2011, p. 496).

Por volta das décadas de 1940/50, pode-se observar o nascimento do discurso referente à importância das bibliotecas escolares, composição do acervo, estrutura e participação dos usuários (estudantes, professores e pais) na construção e aprimoramento por meio de ações pedagógicas. Portanto, a década de 1950 pode ser considerada um marco para a instalação de bibliotecas escolares no Brasil (SILVA, J., 2011). Entretanto, nas décadas de 1960/70 e início da década de 80, com a instalação de bibliotecas públicas, a biblioteca escolar perde espaço, podendo se observar durante as décadas de 1930 a 1980 a falta de política nacional para bibliotecas que pudesse compor um conjunto de ações integradas entre os diversos tipos de bibliotecas.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, observa-se o nascimento de algumas políticas para o desenvolvimento da biblioteca escolar brasileira, como: a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), e o Programa Nacional Biblioteca na Escola (1997). Apesar da existência desses instrumentos, a biblioteca escolar da rede pública ainda é pouco valorizada no Brasil, o que gera uma noção desqualificadora da biblioteca escolar (SILVA, J., 2011).

3.2.3. Situação atual da Biblioteca Escolar no Brasil

Atualmente, a real situação das bibliotecas escolares de escolas públicas do Brasil parece ser, em sua maioria, contrária à concepção teórica, que consta na literatura. Estas, muitas vezes, não possuem recursos informacionais, financeiros, mão-de-obra qualificada, infraestrutura adequada e o envolvimento de outros atores importantes, como educadores, gestores de instituições educacionais e governo. Conforme relata Lemos (2005), a biblioteca, no sentido de instituição social, deve ter três pré-requisitos: intencionalidade política, usuários efetivos e potências, e um espaço físico. Gasque e Tescarolo (2010, p. 13) apontam que

Professores e alunos deparam-se com estruturas e ambientes escolares precários, acervo obsoleto, recursos insuficientes ou inadequados e um sistema de serviços impropriamente chamado de biblioteca escolar. A retórica da sociedade reconhece a importância fundamental das bibliotecas escolares do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, esse reconhecimento não se traduz, no Brasil, em políticas efetivas de implantação, desenvolvimento e avaliação de bibliotecas nas escolas públicas e privadas, em conformidade com parâmetros delineados por profissionais da informação e educadores que definam com clareza a natureza e as funções da biblioteca escolar. Por isso, elas têm sido, via de regra, ignoradas ou negligenciadas e, quando existentes, consideradas meros apêndices do sistema educacional (GASQUE; TESCAROLO, 2010, p. 13).

Com base em dados estatísticos sobre a educação no Brasil, “menos de um quarto (23,1%) das escolas possui biblioteca” (TAKAHASHI, 2000, p. 51) e é comum observar as bibliotecas escolares existentes usadas meramente como depósitos de livros (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007). Em síntese, Silva (1986) aponta que grande parte das escolas da rede pública de ensino do Brasil não possuem biblioteca e as que possuem estão em mal estado de organização e atualização. Essa situação se agrava pela distorção das funções do bibliotecário.

Para chegar ao ideal de biblioteca escolar no Brasil, é necessário refletir sobre a percepção social dessa instituição. Embora haja a ideia do que deveria ou poderia ser, na prática as bibliotecas não cumprem o papel educacional e cultural, pois não conseguem formar usuários cientes da importância da informação na sociedade atual e com capacidade para usá-la bem. Tendo em vista a não inclusão da biblioteca escolar como um dos recursos relevantes no processo de ensino-aprendizagem, parece haver descuido político em relação a ela. A biblioteca escolar não é um espaço independente, precisa estar ligada à unidade de ensino, ou seja, deve estar integrada ao planejamento pedagógico da instituição da qual faz parte. De acordo com Silva J. (2011), a biblioteca, historicamente, não dispunha de políticas bem definidas, razão pela qual se tornou um espaço acessível apenas a uma minoria social. Tal realidade fomentou uma noção errada com implicações que configuram até os dias de hoje o panorama da biblioteca escolar brasileira.

3.2.4. Modelo de Biblioteca Escolar: parâmetros

O documento *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares*, elaborado por equipe de pesquisadores do GEBE (Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar), da Escola de Ciência da Informação da UFMG, sob a coordenação de Bernadete Santos Campello, como resultado da parceria com o CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia), são parâmetros que constituem referencial flexível para que escolas embasem a decisão sobre qual biblioteca desejam construir. A seguir apresenta-se o conjunto de indicadores que representam o nível básico e o nível exemplar em que uma biblioteca deve funcionar.

3.2.4.1. Espaço Físico

O importante papel educativo exercido pela biblioteca escolar deve ser refletido nas condições do espaço físico, mobiliário e equipamentos. As características funcionais e utilitárias da biblioteca escolar devem ser incorporadas ao planejamento e construção de novas instituições de ensino e na reorganização das já existentes (IFLA, 2005). O Quadro 1 apresenta detalhamento dos níveis básico e exemplar em relação ao espaço físico.

Quadro 1 – Níveis básico e exemplar em relação ao espaço físico

Critério	Nível básico	Nível exemplar
Espaço físico	De 50m ² até 100m ²	Acima de 300m ²
Acomodações	Assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, além de usuários avulsos.	Assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, usuários avulsos e grupos de alunos.
Ambiente para serviços técnicos e administrativos.	Um balcão de atendimento, uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo do (s) funcionário (s).	Um balcão de atendimento e ambiente específico para atividades técnicas, com uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à

		internet, para uso exclusivo de cada um dos funcionários.
--	--	---

Fonte: Adaptado de CAMPELLO (2010, p. 12).

3.2.4.2. Acervo

A biblioteca escolar deve oferecer aos estudantes uma variada seleção de recursos informacionais para atender às suas necessidades, referentes à educação, à informação e ao seu desenvolvimento pessoal. O acervo deve contemplar a diversidade de gêneros textuais e de fontes de informação destinadas aos variados usos escolares, devendo contar com variados suportes físicos tais como, livros, periódicos, CDs, DVDs, apostilas, mapas, fotos, e-books, dentre outros. É de suma importância que o acervo seja desenvolvido periodicamente para que os estudantes tenham sempre opções novas de escolha de materiais. (CAMPELLO, 2010; CÔRTE; BANDEIRA, 2011; IFLA, 2005). Além disso, uma boa biblioteca deve estabelecer critérios para o desenvolvimento contínuo de seu acervo, o que envolve um processo permanente de inclusão e exclusão de obras, de acordo com o currículo escolar da instituição de ensino. O acervo deve ser organizado de modo a permitir que a obra seja facilmente encontrada (CÔRTE; BANDEIRA, 2011). O Quadro 2 detalha os níveis básico e exemplar em relação ao acervo.

Quadro 2 – Níveis básico e exemplar em relação ao acervo

Critério	Nível básico	Nível exemplar
Quantidade	A partir de um título por aluno.	A partir de quatro títulos por aluno, não sendo necessário mais do que cinco exemplares de cada título.
Organização	O catálogo da biblioteca inclui pelo menos os livros do acervo, permitindo recuperação por autor, título e assunto.	O catálogo da biblioteca é informatizado e possibilita o acesso remoto a todos os itens do acervo; permite – além de

		recuperação por autor, título e assunto – recuperação por outros pontos de acesso.
--	--	--

Fonte: Adaptado de CAMPELLO (2010, p. 13 - 15).

3.2.4.3. Computadores com acesso à internet

A biblioteca escolar deve permitir o acesso a recursos de informação eletrônica que possam acessar tanto os programas de cunho educacional quanto culturais. O papel do bibliotecário escolar não consiste apenas em fornecer recursos informacionais aos estudantes, mas deve facilitar o acesso à internet minimizando as frustrações resultantes de buscas pela informação, além de treinar os estudantes para que gradualmente eles possam desenvolver habilidades para localizar, resumir e absorver a informação resultante do acervo da biblioteca (IFLA, 2005). O Quadro 3 detalha os níveis básico e exemplar em relação a recursos de informação eletrônica.

Quadro 3 – Níveis básico e exemplar em relação a recursos de informação eletrônica

Critério	Nível básico	Nível exemplar
Computadores	Pelo menos um computador ligado à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem.	Computadores ligados à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem, em número suficiente para uma classe inteira.

Fonte: Adaptado de CAMPELLO (2010, p. 14).

3.2.4.4. Serviços e atividades

A biblioteca escolar deve oferecer serviços de aprendizagem, livros e outros recursos informacionais que permitam aos membros da comunidade escolar tornarem-se pessoas críticas e usuários efetivos da informação nos diversos tipos de suporte e meios de comunicação (IFLA,

2005). O quadro abaixo detalha os níveis básico e exemplar em relação aos serviços e atividades.

Quadro 4 – Níveis básico e exemplar em relação aos serviços e atividades

Critério	Nível básico	Nível exemplar
Serviços e atividades	Consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa.	Consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa, além de serviço de divulgação de novas aquisições, exposições e serviços específicos para os professores, tais como levantamento bibliográfico e boletim de alerta.

Fonte: Adaptado de CAMPELLO (2010, p. 16).

3.2.4.5. Pessoal

De acordo com a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, o exercício da profissão de Bibliotecário só é permitido aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por escolas de nível superior reconhecidas e aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que possuam seus diplomas revalidados no Brasil. O Quadro 5 detalha os níveis básico e exemplar em relação aos recursos humanos.

Quadro 5 – Níveis básico e exemplar em relação aos recursos humanos

Critério	Nível básico	Nível exemplar
Recursos humanos	Um bibliotecário-supervisor, responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que a biblioteca faz parte de um	Um bibliotecário responsável pela biblioteca e pessoal auxiliar em cada turno, de acordo com o número de alunos da escola.

	sistema/rede que reúne várias bibliotecas), além de pessoal auxiliar em cada uma das bibliotecas, em cada turno;	
--	--	--

Fonte: Adaptado de CAMPELLO (2010, p. 17).

3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste tópico, aborda-se o conceito de políticas públicas, um breve panorama do surgimento no Brasil, além da atual situação e organização.

3.3.1. Conceito de Políticas Públicas

As sociedades têm, como principal característica, a diferenciação social. Isto faz com que a vida em sociedade seja complexa e frequentemente envolva algum conflito. Entretanto, para que a sociedade possa sobreviver e continuar progredindo, esses conflitos devem ser administráveis. Para isto acontecer, faz-se necessário o uso da política (RUA, 1998).

No decorrer do tempo, a função que o Estado desempenhava na sociedade sofreu diversas transformações. Até o século XIX, o objetivo era a segurança e a defesa do país, porém, com a democracia as responsabilidades do Estado mudaram e, atualmente, está relacionada à promoção do bem-estar da sociedade. Para tanto, necessita desenvolver programas e ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como a educação. Com o objetivo de atingir resultados positivos, o Governo utiliza as políticas públicas (CALDAS, 2008).

Não há unanimidade sobre o conceito de políticas públicas. Caldas (2008, p. 5) as definem como um “(...) conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)”; Souza (2003, p. 13) afirma que o processo de formulação de políticas públicas “é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”. Goldin (2003, p. 163 apud ROSA; ODDONE, 2006, p. 185) afirma que

Uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação. Sua eficácia se mede por sua sustentabilidade e sua coerência interna, que faz com que nos distintos setores envolvidos tenha repercussão positiva. Uma política pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram (GOLDWIN, 2003, p. 163 apud ROSA; ODDONE, 2006, p. 185).

Pode-se concluir pelas definições apresentadas que políticas públicas são os programas e ações desenvolvidos pelos governos, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais, com o objetivo de alcançar o interesse e o bem-estar social. As políticas públicas são uma forma de administração dos conflitos de interesse, que têm por finalidade a gestão dos bens públicos para o usufruto dos cidadãos.

3.3.2. História das Políticas Públicas no Brasil

No Brasil, o tema políticas públicas ainda é recente. Apenas no início da década de 1980, os estudos sobre políticas públicas ganharam maior centralidade, gerando a possibilidade da existência de um campo investigativo.

O crescimento da importância do tema desencadeou algumas consequências. Inicialmente, a visibilidade das políticas públicas foi aumentada graças à necessidade de adoção de políticas restritivas de gastos, que passaram a ser parte essencial da agenda dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em razão disso, outras concepções sobre o papel dos governos ganharam predominância e teorias políticas anteriores foram substituídas, dando-se ênfase no ajuste fiscal. Apesar disso, a maioria dos países em desenvolvimento ainda não conseguiu descobrir como elaborar políticas públicas capazes de estimular o crescimento econômico e promover a inclusão social do povo (ROSA; ODDONE, 2006).

No Brasil, a partir do século XX, houve grande migração do campo para a cidade, acarretando intensa urbanização de grandes áreas em curto espaço de tempo. A aceleração do crescimento tornou cada vez maior a necessidade de implementação de políticas públicas que viabilizassem o manejo das questões sociais. Tal demanda se deparou com a herança do período colonial, que canalizava as decisões políticas ao incremento econômico. Devido a essa origem, o Estado brasileiro é centralizador e dá pouca ênfase ao bem-estar da sociedade, ou seja, prioriza o crescimento econômico em detrimento da proteção social, fazendo com que seja visto como um agente “fazedor” e não “regulador” (BACELAR, 2003).

Para que haja a regulação, no entanto, é necessário o diálogo ativo entre Governo e sociedade, característica em processo de amadurecimento no Brasil. Essa lacuna possibilita que o Estado centralizador surja, como se pode observar nos anos da Ditadura Militar (1964-1985). Nos anos 1980, observa-se o legado da Constituição Federal que especifica a descentralização política por meio do pacto federativo, indispensável à existência de políticas públicas

consistentes e capazes de assegurar os direitos dos cidadãos. Os problemas advindos da centralização e da falta de comunicação entre os entes públicos geram problemas como a falta de planejamento adequado das políticas públicas, a má distribuição de recursos, repasses insuficientes ou ainda o excesso destes em determinada área (BACELAR, 2003).

3.3.3. Políticas Públicas para a Biblioteca Escolar

Com base nos tópicos anteriores, é possível perceber que a educação como direito social e a biblioteca escolar se complementam como variáveis integrantes do processo de ensino-aprendizagem. Apenas o Estado pode assegurar a universalização dos direitos à cultura e à informação por meio da administração pública e do conjunto de leis e regulamentações. Nesse contexto, as políticas públicas têm por finalidade propiciar melhorias educacionais, sociais e culturais, não apenas criando normas, mas criando e concretizando ações efetivas para que o direito, a cultura e a informação sejam direitos do povo, e em prol da melhoria da sociedade (FURTADO, 2011).

O governo, durante os anos, estabeleceu diversas normas para a educação, para a escola, para a biblioteca escolar e para o profissional bibliotecário. A Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País e, estabelecendo alguns requisitos: a obrigatoriedade da instalação de bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas; acervo de livros de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado e; que a mesma seja efetivada num prazo máximo de dez anos. Outras leis dispõem sobre a profissão de bibliotecário, regulam seu exercício como privativo dos bacharéis em Biblioteconomia, além de especificar suas atribuições¹. Apesar do amparo legal no Brasil a implantação de políticas públicas ainda está em sua fase inicial, sendo analisada por meio de discussões e avaliações frequentes, e em sua maioria ainda não se traduz em ações concretas que mudem com eficácia a realidade da sociedade brasileira. Por esse motivo, nem todas as normas possuem programas e ações para serem colocadas em prática e acabam ficando apenas no papel. No MEC, as políticas públicas voltadas para as bibliotecas escolares consistem especificamente no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

¹ A Lei nº 4.084, de junho de 1962, a Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998 e a Lei nº 7.504, de 2 de julho de 1986.

Criado em 1997, O PNBE tem por missão promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores das escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica.

O Programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. Em 2013, foram distribuídas cerca de 6.700.000 obras literárias a mais de 50 mil escolas do ensino fundamental e 18.800 do ensino médio em todo o país. Também integra o PNBE o fornecimento de periódicos (PNBE Periódicos), obras de referência para os professores da educação básica (PNBE Professores), e obras elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana (PNBE Temático), voltadas para estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio (BRASIL, [20--]).

Desde 1998, o significativo investimento realizado pelo Governo Federal no PNBE teve como objetivo a aquisição e a distribuição de livros para estudantes e professores de escolas públicas de 3.659 municípios. Durante esses anos, o PNBE se manteve como um grande programa de distribuição de livros, sem prever apoio à estrutura da biblioteca, à contratação de profissionais bibliotecários, à formação continuada de professores e, em síntese, ao importante papel que a biblioteca escolar possui na formação de cidadãos críticos (PAIVA; BERENBLUM, 2009).

Em 2006, foi concluída a avaliação diagnóstica do PNBE, proposta pela Secretaria de Educação Básica (SEB), em parceria com o a Unesco. Esta avaliação originou-se da necessidade da SEB de obter recursos que suprissem as definições sobre os rumos de uma política de formação de leitores, e da exigência do Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar a eficiência dos investimentos no programa. A pesquisa teve como amostra 196 escolas da rede pública de ensino, sendo 100 estaduais e 96 municipais e teve como objetivos: diagnosticar o uso dos livros e suas formas de distribuição; identificar os destinatários dos livros individuais e a prática de leitura e de escrita nas escolas investigadas. O trabalho constatou que o PNBE tem mostrado grande eficácia na distribuição de livros para as escolas beneficiadas, entretanto, constatou que o Programa não possui atividades bem estruturadas de monitoramento e avaliação. Sendo assim, pode-se afirmar que o MEC não dispõe de informações sobre o nível de utilização dos acervos, bem como os problemas que podem estar afetando o uso dos livros no desenvolvimento escolar dos estudantes (BRASIL, 2002).

Em 2000, foi criado o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo de medir o desempenho de alunos nas áreas de leitura, matemática e ciência. O relatório Nacional do Pisa de 2012 contou com a participação de 2,25 milhões de estudantes entre 15 e 16 anos.

Analisando os resultados da pesquisa, percebe-se que os países da América Latina ocuparam os últimos lugares, ficando o Brasil em 55º lugar com a média geral de 410 pontos, abaixo da média da OCDE e comparável com a Colômbia, Tunísia e Uruguai. Entre os países latino-americanos, o Brasil ficou abaixo do Chile, da Costa Rica e do México, mas acima da Argentina e do Peru. O desempenho médio brasileiro tem melhorado desde 2000, passando de 396 para 410 pontos, mostrando uma mudança anual de 1,2 pontos.

Dados sobre as mudanças sociais e demográficas entre 2000 e 2012 mostram que a melhoria na leitura pode ser explicada pelos avanços no nível econômico, social e cultural dos estudantes que compõem a população (BRASIL, 2012; FRANÇA, 2012). O Censo Escola 2012, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostram que, no Brasil, das 122.716 escolas de Ensino Fundamental da rede pública, apenas 42,2% possuem biblioteca ou sala de leitura.

Essas estatísticas mostram que a simples distribuição de livros parece não ser suficiente para mudar a situação em que as bibliotecas escolares se encontram no momento. Além disso, parece também que a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, por si só, pode não ser suficiente para modificar esse quadro. Nesse contexto, apesar da avaliação positiva do PNBE em relação à distribuição de livros, é importante mencionar que é preciso tratar também do espaço da biblioteca escolar. Em grande parte das escolas, as bibliotecas não existem ou são substituídas por salas ou cantinhos de leitura, tendo seu espaço reivindicado como sala de aula. É raro o desenho de bibliotecas nos projetos arquitetônicos das instituições. Registra-se a inexistência de bibliotecários formados atuando na coordenação das bibliotecas e, muitas vezes, colocam nesse espaço um professor, na maioria dos casos, deslocado da sua função por motivos de saúde (PAIVA; BERENBLUM, 2009).

Com exceção do PNBE, não existem políticas públicas voltadas especificamente para a biblioteca escolar. Desse modo, seguem abaixo descritas alguns programas e ações do GDF que, indiretamente, podem beneficiar a biblioteca escolar.

3.3.3.1. Projetos relativos ao livro e à leitura

PNLL - Plano Nacional de Livro e Leitura – Foi instituído, em 2006, por iniciativa conjunta entre o MinC e o MEC. É um conjunto de políticas, programas, projetos, ações continuadas e eventos empreendidos pelo estado e pela sociedade, para promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no Brasil. A finalidade básica é assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e do desenvolvimento da economia nacional (BRASIL, [20--]).

3.3.3.2. Projetos relativos à infraestrutura

No que diz respeito à infraestrutura, os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)². O FNDE se tornou hoje o maior parceiro dos 26 estados, dos 5.565 municípios e do Distrito Federal com a missão de prestar assistência técnica e financeira, bem como executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos, em especial para a educação básica da rede pública.

O recurso básico é o oriundo do salário-educação que, instituído em 1964, é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública. A contribuição social do salário-educação está prevista no artigo 212, § 5º, da Constituição Federal, regulamentada pelas leis nºs 9.424/96, 9.766/98, Decreto nº 6003/2006 e Lei nº 11.457/2007. É calculada com base em 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas e é arrecadada, fiscalizada e cobrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF).

Compete ao FNDE a função redistributiva da contribuição social do salário-educação. Do montante arrecadado e após as deduções previstas em lei, o restante é distribuído em cotas pelo FNDE. A arrecadação de 90% do valor é realizada da seguinte forma:

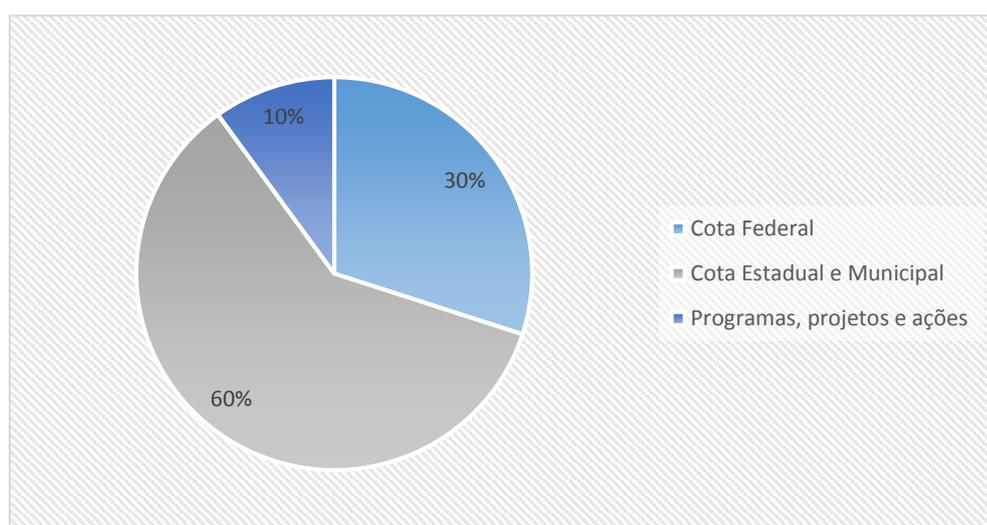
Cota federal – correspondente a 1/3 do montante dos recursos, é destinada ao FNDE e aplicada no financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais entre os municípios e os estados brasileiros.

² Autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, responsável pela execução de políticas públicas educacionais do Ministério da Educação.

Cota estadual e municipal – correspondente a 2/3 do montante dos recursos, é creditada mensal e automaticamente em favor das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica.

Os 10% restantes do montante da arrecadação do salário-educação são aplicados pelo FNDE em programas, projetos e ações voltados para a educação básica.

Gráfico 1 –Redistribuição da contribuição social do salário-educação



Fonte: Autoria própria.

Nesse contexto, seguem abaixo alguns dos programas, projetos e ações que indiretamente podem beneficiar a infraestrutura da biblioteca escolar:

PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – É um programa destinado as Instituições de Ensino e Diretorias Regionais da Rede Pública de ensino do DF que visa dar autonomia gerencial para a realização do projeto pedagógico, administrativo e financeiro por meio de recursos financeiros do GDF. Sua utilização deverá observar as necessidades estabelecidas na Ata de Prioridades das Instituições de Ensino em conformidade com a legislação (BRASIL, [20--]).

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola – tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O PDDE engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica (BRASIL, [20--]).

Proinfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional – É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias (BRASIL, [20--]).

4. METODOLOGIA

O objetivo fundamental da ciência é chegar a autenticidade dos fatos através da comprovação de hipóteses. As hipóteses são suposições que ligam a observação da realidade à teoria científica para explicá-la. O conhecimento científico se distingue por determinar o método utilizado para chegar ao conhecimento. Nesse sentido o método é o caminho que se deve seguir para se atingir determinado fim. Sendo assim, o método científico é basicamente o conjunto de procedimentos que traçam o caminho para se atingir o conhecimento visado. A metodologia, por sua vez, objetiva analisar as características dos vários métodos indispensáveis - capacidades, potencialidades, limitações e as implicações de sua utilização. (FERRARI, 1974; GIL, 2012; LAKATOS; MARCONI, 1991).

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é um processo formal organizado para o desenvolvimento do método científico com o objetivo de alcançar respostas para os problemas visados. Gil (2012) afirma que a pesquisa pode ter finalidades puras ou aplicadas. A pura busca o progresso da ciência e a aplicada se fundamenta no interesse pela aplicação, utilização e consequências práticas. A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada.

Quanto ao nível, uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa exploratória tem como finalidade o desenvolvimento, esclarecimento e a modificação de conceitos, com o objetivo de projetar uma visão geral acerca de determinado tema. A pesquisa descritiva objetiva a descrição de características de uma população específica, fenômeno ou a formação de relações entre variáveis. A pesquisa explicativa preocupa-se com a identificação de fatores que determinam a ocorrência dos fenômenos. Nesse contexto, a pesquisa realizada nesta monografia é definida como exploratória (GIL, 2012).

O presente estudo possui abordagem quali-quantitativa. Pesquisas qualitativas abordam aspectos subjetivos e devem ser utilizadas para entender porque um indivíduo faz determinada coisa; já as pesquisas quantitativas representam características que podem ser medidas, permitindo uma análise estatística. Dessa maneira, a pesquisa quali-quantitativa é a combinação de dados qualitativos e quantitativos (GIL, 2012).

4.2. UNIVERSO DE PESQUISA

O universo de pesquisa consiste em um conjunto de elementos que possuem as mesmas características definidas na investigação de determinado estudo. De modo geral, as pesquisas abrangem um universo tão imenso que se torna praticamente impossível analisá-los em sua totalidade. Por esse motivo, é muito frequente se trabalhar com uma amostra, ou seja, um subconjunto do universo estudado por meio do qual estimam-se suas características (LAKATOS; MARCONI, 1991; GIL, 2012).

4.2.1. População

Tendo em vista o conceito de universo, os elementos analisados na pesquisa são as bibliotecas escolares das instituições educacionais públicas de Samambaia. A Coordenação Regional de Ensino (CRE) de Samambaia é responsável por trinta e nove escolas, estando vinte e uma situadas na Samambaia Sul e dezoito na Samambaia Norte.

Quadro 6 – Instituições Educacionais Públicas de Samambaia

Nº	Instituição de Ensino	Endereço	Telefone
1.	CAIC Ayrton Senna	QR 117 – Setor Urbano	(61) 39017742
2.	CAIC Helena Reis	QR 409 – AE 01	(61) 39017748
3.	CED 123 de Samambaia	QR 123 – CONJ 08 AE 01	(61) 39017757
4.	CED 619 de Samambaia	QS 619 – AE 01	(61) 39017931
5.	CEE 01 de Samambaia	QS 303 – CONJ 04 – LT 01	(61) 39017744
6.	CEF 120 de Samambaia	QN 122 – CONJ 04 – LT 01	(61) 39013119
7.	CEF 312 de Samambaia	QS 312 – CONJ 05 – LT 01	(61) 39017761
8.	CEF 404 de Samambaia	QS 404 – AE 01	(61) 39018033
9.	CEF 407 de Samambaia	QR 407/409 – AE 013	(61) 39017800

10.	CEF 411 de Samambaia	QN 411 – AE 01	(61) 39017749
11.	CEF 412 de Samambaia	QN 412 – AE 01	(61) 39017722
12.	CEF 427 de Samambaia	QN 427 – AE 02	(61) 39017930
13.	CEF 504 de Samambaia	QN 504 – CONJ 09 – LT 01 – AE	(61) 39017723
14.	CEF 507 de Samambaia	QR 507 – CONJ 07 – LT 01	(61) 39017739
15.	CEF 519 de Samambaia	QS 519 – AE 01	(61) 39017700
16.	CEI 210 de Samambaia	QN 210 – AE 01	(61) 39012223
17.	CEI 307 de Samambaia	QR 307 – CONJ 08 – AE 01	(61) 39017745
18.	CEM 304 de Samambaia	QR 304 – CONJ 04 – LT 01	(61) 39017718
19.	CEM 414 de Samambaia	QS 414 – AE 01	(61) 39017736
20.	EC 108 de Samambaia	QN 307 – CONJ 08 – AE	(61) 39013118
21.	EC 111 de Samambaia	QS 111 – CONJ 10 – AE	(61) 39017801
22.	EC 121 de Samambaia	QS 119 – SUBCENTRO OESTE	(61) 39017743
23.	EC 303 de Samambaia	QN 303 – CONJ 12 – LT 01	(61) 39017696
24.	EC 317 de Samambaia	QR 317 – AE 03 – LT 11	(61) 39017747
25.	EC 318 de Samambaia	QS 318 – CONJ 04 – LT 01	(61) 39017721
26.	EC 325 de Samambaia	QR 325 – AE 01	(61) 39017676
27.	EC 403 de Samambaia	QS 403 - AE	(61) 39017697
28.	EC 410 de Samambaia	QN 410 – AE 01	(61) 39017698
29.	EC 415 de Samambaia	QN 415/417 – AE 01	(61) 39017809
30.	EC 419 de Samambaia	QS 419 – AE 01	(61) 39017788
31.	EC 425 de Samambaia	QS 425 – AE 02	(61) 39017932
32.	EC 431 de Samambaia	QS 431 – AE 01	(61) 39017990
33.	EC 501 de Samambaia	QN 501 – CONJ 03 – LT 01	(61) 39017699
34.	EC 510 de Samambaia	QN 510 – CONJ 07 – LT 01 – AE	(61) 39017715
35.	EC 511 de Samambaia	QR 511 – AE 02	(61) 39017755

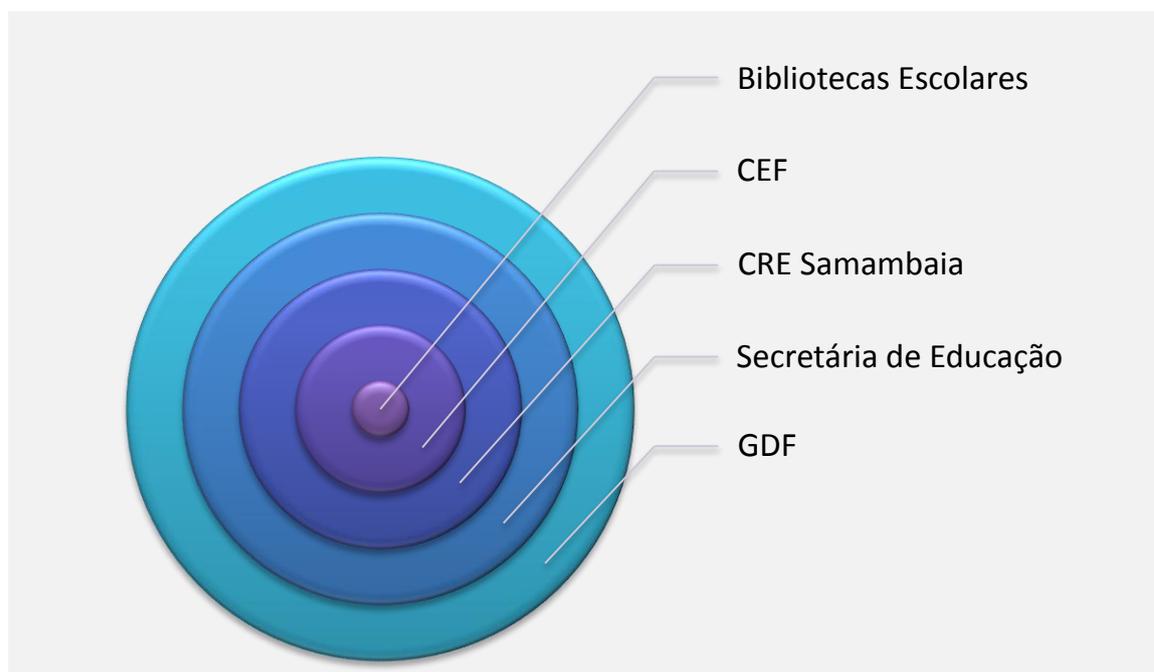
36.	EC 512 de Samambaia	QN 512 – CONJ 06 – AE	(61) 39017754
37.	EC 604 de Samambaia	QS 604 – AE 01	(61) 39017779
38.	EC 614 de Samambaia	QS 614 – AE 01	(61) 39017727
39.	EC 831 de Samambaia	QR 831 – CONJ 01 – LT 01	(61) 39013526

Fonte: Adaptado do site da Secretária de Educação do Distrito Federal.

4.2.2. Amostra

Foi realizada amostragem por tipicidade ou intencional, que baseia-se em "selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população" (GIL, 2012, p. 94).

Figura 10 – Amostra através de relações hierárquicas de gradação



Fonte: Autoria própria.

A amostra desta pesquisa é constituída pelos dez Centros de Ensino Fundamental que pertencem ao universo das instituições de ensino de Samambaia:

- Centro de Ensino Fundamental 120 de Samambaia

- Centro de Ensino Fundamental 312 de Samambaia
- Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia
- Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia
- Centro de Ensino Fundamental 411 de Samambaia
- Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia
- Centro de Ensino Fundamental 427 de Samambaia
- Centro de Ensino Fundamental 504 de Samambaia
- Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia
- Centro de Ensino Fundamental 519 de Samambaia

Nos tópicos seguintes descrevem-se, individualmente, as instituições de ensino e suas bibliotecas selecionadas para a realização do estudo.

4.2.2.1. Centro de Ensino Fundamental 120 de Samambaia³

Figura 11 – Centro de Ensino Fundamental 120 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 120 de Samambaia, fundado em 1990, localizado na área urbana de Samambaia Sul, atende às séries finais do ensino fundamental (Figura 11). Possui cerca de 1.200 alunos que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

³ As informações obtidas para a elaboração dos tópicos sobre os CEFs de Samamabaia foram coletadas de gestores e responsáveis pela biblioteca.

A biblioteca da instituição recebeu a nomenclatura de “Biblioteca Vinícius de Moraes”, apesar de ser considerada sala de leitura, por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. Os responsáveis pela biblioteca são quatro professores readaptados, mas dois estão de licença médica sem previsão de retorno.

A biblioteca possui aproximadamente 30 m². Conta com duas mesas e cadeira para a realização de trabalhos administrativos, estantes, mural informativo, sinalização temática nas estantes, quatro mesas, dezesseis cadeiras. O acervo é composto por livros, periódicos, objetos tridimensionais, mapas, cartazes, mídias e gibis que se somam em cerca de 3.000 obras. A Figura 12 apresenta fotografia da “Biblioteca Vinícius de Moraes”.

Figura 12 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 120 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

4.2.2.2. Centro de Ensino Fundamental 312 de Samambaia

Figura 13 – Centro de Ensino Fundamental 312 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 312 de Samambaia (Figura 13), fundado em 1993, localizado na área urbana de Samambaia Sul, atende às séries finais do ensino fundamental. Possui cerca de 1.800 alunos que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

A biblioteca da instituição recebeu o nome “Biblioteca Hugo Nobre Guimarães”, apesar de ser considerada sala de leitura, por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. Os responsáveis pela biblioteca são cinco professores readaptados.

A biblioteca possui aproximadamente 80 m². Como se observa na Figura 14, o espaço é composto por estantes, mural informativo, sinalização temática, duas mesas, doze cadeiras, quatro pufes e um sofá. O acervo possui mais de 1.000 obras, e é composto por livros, periódicos e gibis.

Figura 14 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 312 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

4.2.2.3. Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia

Figura 15 – Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia (Figura 15), fundado em dezembro de 1988, localizado na área urbana de Samambaia, foi a primeira escola construída para atender aos primeiros moradores da cidade. A estrutura física da escola era precária e foi durante muito tempo empecilho para o desenvolvimento das atividades administrativo-pedagógicas da instituição. Porém, com a reconstrução do prédio e sua entrega à comunidade escolar, em maio de 2010, a instituição foi contemplada com o aprimoramento do espaço de trabalho. Atualmente, o Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia trabalha com as séries finais do ensino fundamental e atende cerca de 1600 alunos, que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

A biblioteca da instituição, inaugurada no dia 04 de novembro de 2010, recebeu o nome “Biblioteca Maria Ivanize”, apesar de ser considerada sala de leitura, por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. Os responsáveis pela biblioteca são quatro professoras e uma servidora readaptados. Apesar de passados 4 anos, desde a sua entrega em 2010, a biblioteca ainda se encontra em processo de catalogação e organização.

A biblioteca do CEF 404 teve a apoio da Gasol⁴ e foi construída especificamente para acomodá-la. Possui cerca de 60 m² e mobiliário composto por estantes, sinalização de uso do espaço, seis cabines para estudo individual, treze mesas e trinta e duas cadeiras – Figura 16. O acervo é composto por livros, periódicos, mapas, cartazes, mídias e gibis, que se somam em aproximadamente mais de 3.000 obras.

Figura 16 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

⁴ Rede Gasol de Combustíveis com o projeto Bibliotecas Casa do Saber e diversos parceiros tem como objetivo levar o conhecimento através da leitura, revitalizando ou criando bibliotecas em locais do DF.

4.2.2.4. Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia

Figura 17 – Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia, fundado em abril de 1990, localizado na área urbana de Samambaia Sul (Figura 17), atende ao ensino fundamental, do 4º ao 7º ano. Possui cerca de 958 alunos que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

A biblioteca da instituição, denominada “Biblioteca Monteiro Lobato” nos registros antigos da instituição, atualmente não possui nome e é considerada apenas como sala de leitura, por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. Os responsáveis pela biblioteca são duas professoras readaptadas.

A biblioteca é pequena e possui aproximadamente 28 m². Conta com estantes, armários, mural informativo e um pequeno espaço para trabalho – Figura 18. Possui cerca de 1.000 títulos composto por livros, periódicos, objetos tridimensionais, mapas e gibis.

Figura 18 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

4.2.2.5. Centro de Ensino Fundamental 411 de Samambaia

Figura 19 – Centro de Ensino Fundamental 411 de Samambaia



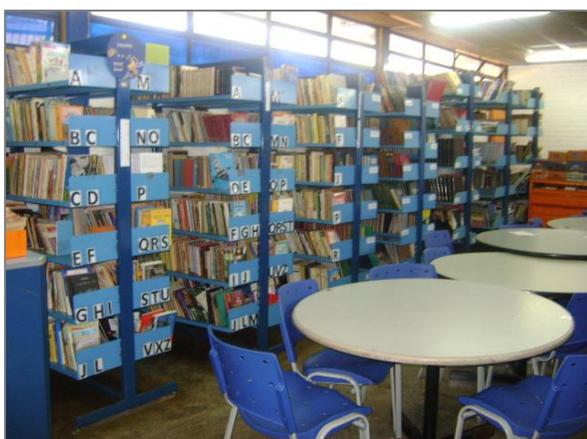
Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 411 de Samambaia, fundado em 1992, localizado na área urbana de Samambaia, atende aos anos finais do ensino fundamental (Figura 19). Possui 1.596 alunos que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

A biblioteca é denominada “Biblioteca Vinicius de Moraes”, apesar de ser considerada apenas como uma sala de leitura por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. Os responsáveis pela biblioteca são três professores readaptados e uma servidora cuja carreira foi extinta.

A biblioteca tem 70 m² e possui mural informativo, balcão de atendimento, estantes, espaço com cinco computadores com acesso à internet, pequeno espaço para atividades técnicas e cinco mesas e vinte e quatro cadeiras – Figura 20. O acervo é composto por livros, periódico e gibis, que se somam em cerca de 2.000 obras.

Figura 20 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 411 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

4.2.2.6. Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia

Figura 21 – Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia (Figura 21), fundado no dia 23 de dezembro de 1993, localiza-se na área urbana de Samambaia Norte, atende às séries finais do ensino fundamental. Possui cerca de 1.300 alunos que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

A biblioteca da instituição não possui nomenclatura e é considerada sala de leitura, por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. Os responsáveis pela biblioteca são seis funcionários readaptados, dentre professores e servidores, sendo que três estão de licença médica sem previsão de retorno.

A biblioteca possui cerca de 42 m². O mobiliário conta com um computador com acesso à internet para uso dos funcionários, estantes, balcão de atendimento, mural informativo e quatro mesas e dezesseis cadeiras – Figura 22. O acervo é composto por livros, periódicos, mapas e gibis, que se somam em 2.000 obras.

Figura 22 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

4.2.2.7. Centro de Ensino Fundamental 427 de Samambaia

Figura 23 – Centro de Ensino Fundamental 427 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 427 de Samambaia (Figura 23), fundado em 1997, localizado na área urbana de Samambaia Sul, atende às séries finais do ensino fundamental. Possui cerca de 1.580 alunos que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

A biblioteca da instituição não possui nomenclatura e é considerada sala de leitura, por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. Os responsáveis pela biblioteca são uma professora e uma servidora readaptadas que estão, no momento, afastadas.

A biblioteca possui aproximadamente 100 m². O espaço é composto por balcão de atendimento, ambiente para atividades técnicas, um computador com acesso à internet para uso exclusivo dos funcionários, estantes, mural informativo e duas mesas e dez cadeiras – Figura 27. O acervo é composto por livros, periódicos, mídias e gibis, que se somam em mais de 2.000 obras.

Figura 24 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 427 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

4.2.2.8. Centro de Ensino Fundamental 504 de Samambaia

Figura 25 – Centro de Ensino Fundamental 504 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 504 de Samambaia (Figura 25), fundado em 1995, localizado na área urbana de Samambaia Sul, atende às séries finais do ensino fundamental. Possui cerca de 1.100 alunos que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

A biblioteca da instituição não possui nomenclatura e é considerada sala de leitura, por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. Os responsáveis pela biblioteca são uma professora e uma servidora readaptadas.

A biblioteca possui aproximadamente 70 m². O mobiliário é composto por ambiente para atividades técnicas, sinalização de uso do espaço, sete mesas e vinte e oito cadeiras – Figura 26. O acervo é bem organizado e é composto por livros, periódicos, mídias mapas e gibis, que se somam em mais de 2.000 obras.

Figura 26 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 504 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

4.2.2.9. Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia

Figura 27 – Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia (Figura 27), fundado em 1994, localizado na área urbana de Samambaia Sul, atende às séries finais do ensino fundamental. Possui cerca de 1.300 alunos que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

A biblioteca da instituição não possui nomenclatura e é considerada sala de leitura, por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. Os responsáveis pela biblioteca são três professores e dois servidores readaptados, sendo que todos estão de licença médica sem previsão de retorno.

Possui aproximadamente 60 m². Conta com balcão de atendimento, ambiente para atividades técnicas, computador para uso dos funcionários, estantes, mural informativo, sinalização nas estantes, seis mesas e vinte cadeiras – Figura 28. O acervo é composto por livros, periódicos, mapas e gibis, que se somam em mais de 2.500 obras.

Figura 28 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

4.2.2.10. Centro de Ensino Fundamental 519 de Samambaia

Figura 29 – Centro de Ensino Fundamental 519 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.

O Centro de Ensino Fundamental 519 de Samambaia (Figura 29), fundado em 1992, localizado na área urbana de Samambaia Sul, atende as séries finais do ensino fundamental. Possui cerca de 1.493 alunos que apresentam perfil socioeconômico baixo e, em sua maioria, são residentes das proximidades da escola.

A biblioteca da instituição não possui nomenclatura e é considerada sala de leitura, por não contar com profissional especializado na área de biblioteconomia. A responsável pela biblioteca é uma servidora readaptada da limpeza.

Possui aproximadamente 70 m². O mobiliário da biblioteca é composto por balcão de atendimento, mural informativo, sinalização de uso do espaço, sinalização temática nas estantes, quatro mesas e doze cadeiras – Figura 30. O acervo é composto por livros, periódicos, jornais, mapas e gibis, que se somam em mais de 3.000 obras.

Figura 30 – Biblioteca do Centro de Ensino Fundamental 519 de Samambaia



Fonte: Autoria própria.



Fonte: Autoria própria.

4.3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Lakatos e Marconi (2003, p. 174) definem técnica como “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

Nesse contexto os instrumentos de coleta de dados são técnicas necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Permitem coletar dados para responder o problema de pesquisa. Nesse trabalho, os instrumentos selecionados para coleta de dados foram a observação, o formulário e a entrevista.

4.3.1. Observação

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a observação é o método de coleta de dados que se utiliza dos sentidos, ao ver, ouvir e examinar fatos que sejam objeto de estudo. Gil (2012, p. 100) apresenta a seguinte definição para observação:

A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Pode, porém, ser utilizada como procedimento científico, à medida que: a) serve a um objetivo formulado de pesquisa; b) é sistematicamente planejada; e c) é submetida a verificação e controles de validade e precisão (GIL, 2012, p. 100).

A observação pode ser classificada como observação simples, observação participante e observação sistemática. Para a pesquisa em questão, utilizou-se o método de observação sistemática, que é comumente utilizado em pesquisas que objetivam a descrição precisa dos fenômenos, em que o pesquisador elabora um plano prévio de observação com o que deve ser observado (GIL, 2012).

Do ponto de vista científico, assim como outros instrumentos de coleta de dados, a observação oferece vantagens e limitações, o que torna essencial a aplicação de mais de um instrumento. No Quadro 7, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 191-192), indicam-se as vantagens e limitações da pesquisa por observação:

Quadro 7 – Vantagens e limitações da observação

Nº	Vantagens	Limitações
1.	Possibilita meios diretos e satisfatórios para estudar uma ampla variedade de fenômenos.	O observado tende a criar impressões favoráveis ou desfavoráveis no observador.
2.	Exige menos do observador do que as outras técnicas.	A ocorrência espontânea não pode ser prevista, o que impede, muitas vezes, o observador de presenciar o fato.
3.	Permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas.	Fatores imprevistos podem interferir na tarefa do pesquisador.
4.	Depende menos da introspecção ou da reflexão.	A duração dos acontecimentos é variável: pode ser rápida ou demorada e os fatos podem ocorrer simultaneamente; nos dois casos, torna-se difícil a coleta dos dados.
5.	Permite a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários.	Vários aspectos da vida cotidiana, particular, podem não ser acessíveis ao pesquisador.

Fonte: Adaptado de Lakatos e Marconi (2003, p. 191-192).

Na presente pesquisa a observação buscou identificar a situação das bibliotecas escolares dos Centros de Ensino Fundamental da rede pública de ensino de Samambaia, com a utilização dos sentidos, ao ver, ouvir e examinar os fatos.

4.3.2. Formulário

O formulário é um dos instrumentos de coleta de dados essencial para a pesquisa social, que consiste em obter informações diretamente do entrevistado (LAKATOS; MARCONI, 2003). Nogueira define formulário como:

uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, que de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo pesquisado, sob sua orientação (NOGUEIRA, 1969, p. 129).

Do ponto de vista científico, o formulário oferece vantagens e limitações, como se pode observar no Quadro 8.

Quadro 8 – Vantagens e limitações do formulário

Nº	Vantagens	Limitações
1.	Utilizado em quase todo o segmento da população: alfabetizados, analfabetos, populações heterogêneas etc., porque seu preenchimento é feito pelo entrevistador.	Menos liberdade nas respostas, em virtude da presença do entrevistador.
2.	Oportunidade de estabelecer <i>rapport</i> , devido ao contato pessoal.	Risco de distorções, pela influência do aplicador.
3.	Presença do pesquisador, que pode explicar os objetivos da pesquisa, orientar o preenchimento do formulário e elucidar significados de perguntas que não estejam muito claras.	Menos prazo para responder às perguntas; não havendo tempo para pensar, elas podem ser invalidadas.
4.	Flexibilidade, para adaptar-se às necessidades de cada situação, podendo o entrevistador reformular itens ou ajustar o formulário à compreensão de cada informante.	Mais demorado, por ser aplicado a uma pessoa de cada vez.
5.	Obtenção de dados mais complexos e úteis.	Insegurança das respostas, por falta do anonimato.
6.	Facilidade na aquisição de um número representativo de informantes, em determinado grupo.	Pessoas possuidoras de informações necessárias podem estar em localidades

		muito distantes, tornando a resposta difícil, demorada e dispendiosa.
7.	Uniformidade dos símbolos utilizados, pois é preenchido pelo próprio pesquisador.	

Fonte: Adaptado de Lakatos e Marconi (2003, p. 212-213).

Na presente pesquisa o formulário, Anexo C, buscou identificar a situação das bibliotecas escolares dos CEFs da rede pública de ensino de Samambaia, com questões que objetivaram a coleta dos dados não obtidos através do método de observação.

4.3.3. Entrevista

A entrevista é, por sua natureza, um instrumento da pesquisa social. É uma técnica em que o investigador formula perguntas ao investigado, a respeito de determinado assunto, com o objetivo de adquirir informações essenciais para a pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2003; GIL, 2012).

Há diferentes tipos de entrevistas, que variam de acordo com o propósito da pesquisa. Podem ser classificadas como entrevista informal, entrevista focalizada, entrevista por pautas e entrevista estruturada. Para a pesquisa em questão, utilizou-se o método de entrevista focalizada, que consiste no enfoque de um tema específico. Esse tipo de entrevista é empregado em situações com o objetivo de explorar experiências vividas em situações específicas (GIL, 2012).

No Quadro 9, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 198), indicam-se as vantagens e limitações da pesquisa por entrevista:

Quadro 9 – Vantagens e limitações da entrevista

Nº	Vantagens	Limitações
1.	Pode ser utilizada com todos os segmentos da população: analfabetos ou alfabetizados.	Dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes.

2.	Fornece uma amostragem muito melhor da população geral: o entrevistado não precisa saber ler ou escrever.	Incompreensão, por parte do informante, do significado das perguntas, da pesquisa, que pode levar a uma falsa interpretação.
3.	Há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido.	Possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo questionador, pelo seu aspecto físico, suas atitudes, ideias, opiniões, etc.
4.	Oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos, etc.	Disposição do entrevistado em das as informações necessárias.
5.	Dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos.	Retenção de alguns dados importantes, receando que sua identidade seja revelada.
6.	Há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias.	Pequeno grau de controle sobre uma situação de coleta de dados.
7.	Permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico.	Ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada.

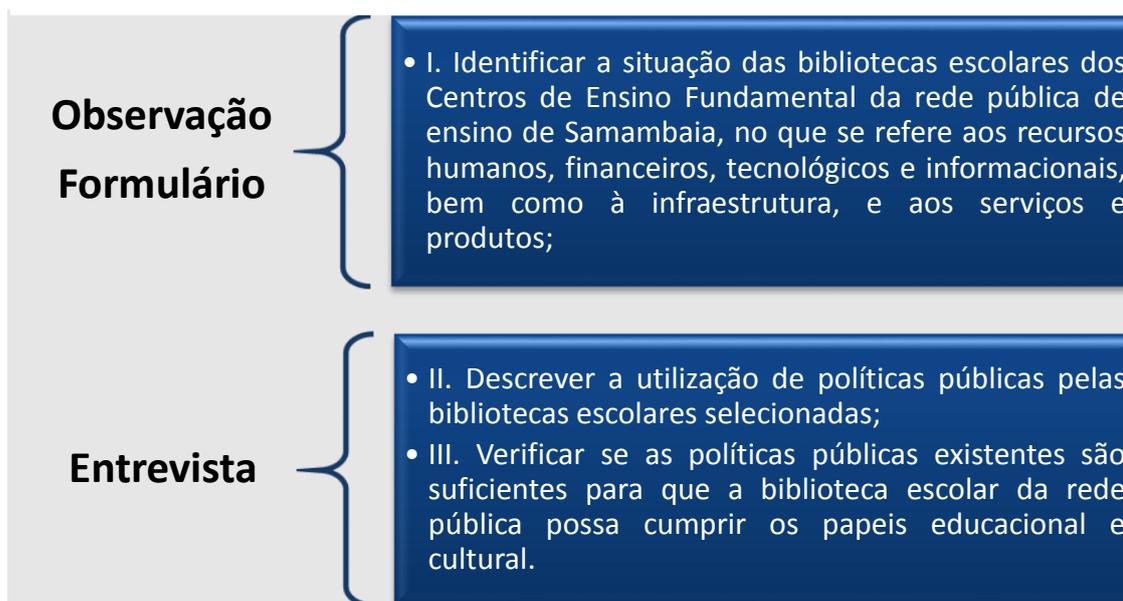
Fonte: Adaptado de Lakatos e Marconi (2003, p. 198).

O roteiro da entrevista, Anexo B, contou com nove questões que objetivaram descrever a utilização de políticas públicas pelas bibliotecas escolares selecionadas e verificar se as mesmas são suficientes para que a biblioteca escolar da rede pública possa cumprir os papéis educacional e cultural.

4.4. INSTRUMENTOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os instrumentos de coleta de dados relacionam-se aos objetivos específicos da pesquisa. Dessa forma, a Figura 31 mostra que para alcançar objetivo específico número I, foram usadas a observação e o formulário. Os objetivos específicos II e III foram alcançados por meio do uso da entrevista.

Figura 31 – Justificativa para a escolha dos instrumentos de coleta de dados



Fonte: Autoria própria.

Antes de coletar os dados com a mostra selecionada, foi necessário avaliar os instrumentos de coleta de dados, por meio de pré-teste.

4.5. PRÉ-TESTE

De acordo com Gil (2012), o pré-teste, ou pesquisa-piloto objetiva testar o instrumento de coleta de dados selecionado para a investigação. O pesquisador deve fazer o pré-teste com antecedência para que possa detectar as perguntas mal elaboradas, supérfluas ou inadequadas a tempo de fazer alterações nos instrumentos antes da aplicação. Lakatos e Marconi (2003, p. 227) afirmam que

A pesquisa-piloto evidenciará ainda: ambiguidade das questões, existência de perguntas supérfluas, adequação ou não da ordem de apresentação das questões, se são muito numerosas ou, ao contrário, necessitam ser complementadas, etc. Uma vez constadas as falhas, reformula-se o instrumento, conservando, modificando, ampliando, desdobrando, ou alterando itens; explicando melhor algumas questões ou modificando a redação de outras (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 227).

Na pesquisa em questão, o pré-teste, da entrevista e do formulário, foi realizado no dia 19 de maio de 2014, com o gestor de uma instituição de ensino médio de Samambaia.

A entrevista foi gravada e o tempo para a resposta foi de aproximadamente 40 a 60 minutos. O formulário, cujo preenchimento foi feito pelo próprio investigador, foi realizado juntamente com a observação da biblioteca, com tempo de resposta de aproximadamente 20 a 30 minutos.

Os resultados permitiram o aprimoramento dos instrumentos testados assegurando assim sua precisão.

4.6. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados para a pesquisa foram coletados, por meio da observação, do formulário e da entrevista, no período de 19 a 28 de maio de 2014. A observação objetivou a análise da situação em que se encontram as bibliotecas escolares do CEFs de Samambaia. As entrevistas foram realizadas com 10 gestores das instituições de ensino selecionadas e o formulário foi utilizado para sanar algumas das questões gerais a respeito dessas bibliotecas. O roteiro para a entrevista foi previamente enviado através de e-mail.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da utilização do Excel e do Word, da Microsoft Office 365 Home para PC 2013, no qual foram confeccionados os gráficos e tabelas utilizados ao longo da pesquisa.

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

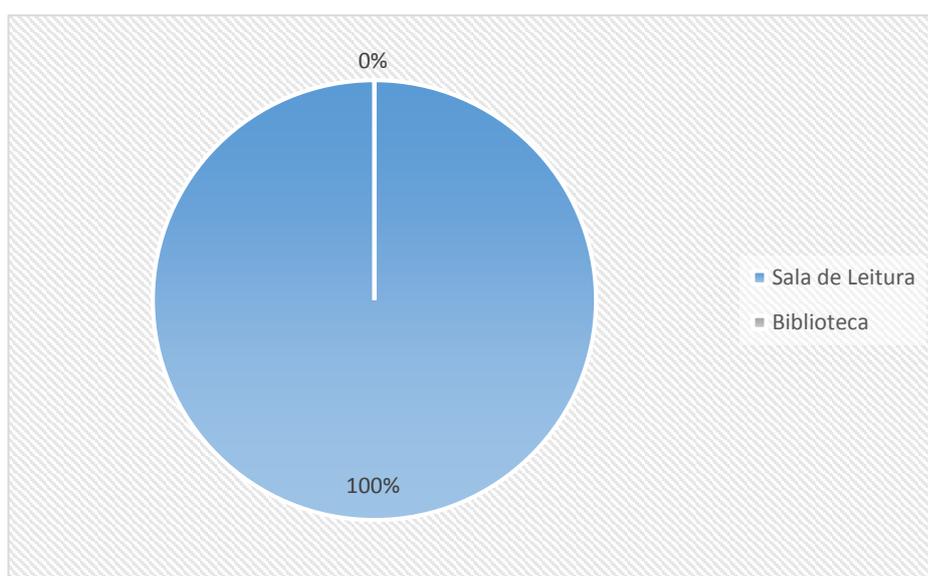
De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 167), “a análise e interpretação dos dados constituem o núcleo central da pesquisa”. A análise é quando o pesquisador tenta evidenciar relações existentes entre o objeto estudado e outros fatores. Por sua vez, a interpretação procura dar significado maior as respostas obtidas, associando-as a outros conhecimentos. O presente tópico trata da análise e interpretação dos dados obtidos a partir dos instrumentos selecionados: observação, formulário e entrevista.

5.1. SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

O subtópico em questão apresenta a análise dos dados obtidos por meio do formulário e da observação sistemática realizada nas bibliotecas dos CEFs de Samambaia e objetivam identificar a situação dessas bibliotecas no que se refere: aos recursos (humanos, financeiros, tecnológicos e informacionais); à infraestrutura; e aos serviços e produtos ofertados.

Grande parte das escolas da rede pública de ensino do Brasil não possui biblioteca, mas sim salas de leitura o que pode ser percebido no Gráfico 2, no qual os resultados da pesquisa mostram que 100% da amostra considera a biblioteca como sala de leitura.

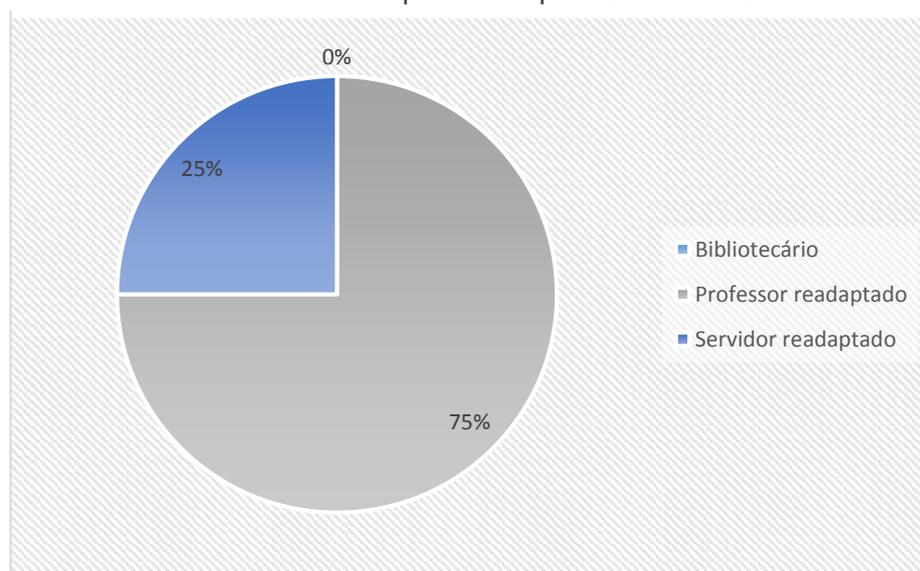
Gráfico 2 – Percepção da biblioteca escolar por parte da instituição de ensino.



Fonte: Autoria própria.

De acordo com o Gráfico 3, no que diz respeito à formação dos responsáveis pelas bibliotecas escolares, os dados obtidos mostram que não há bibliotecários nos locais pesquisados, 75% são professores readaptados e 25% são servidores readaptados. Com esses resultados é possível perceber que os responsáveis pela biblioteca escolar são, em sua maioria, funcionários readaptados devido a alguma patologia ou restrição de função.

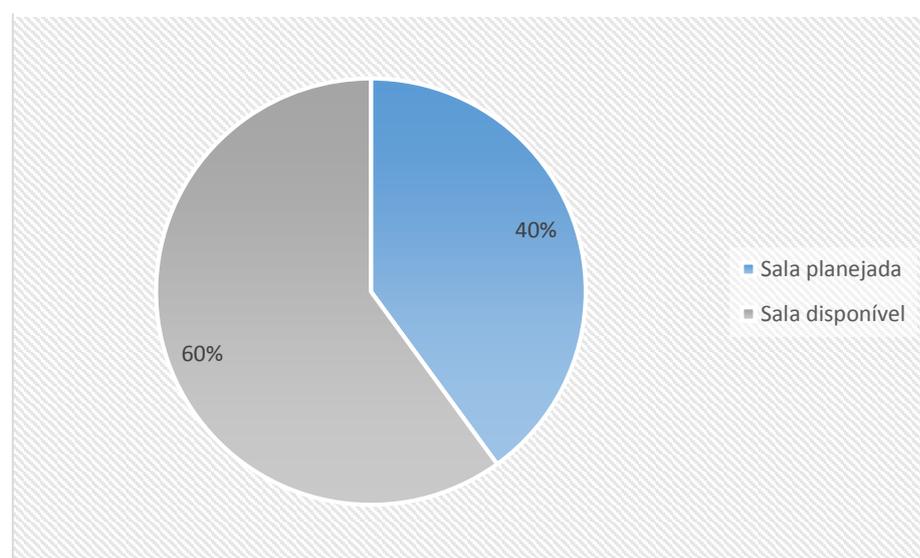
Gráfico 3 – Responsáveis pela Biblioteca Escolar



Fonte: Autoria própria.

Com relação à localização da biblioteca, Gráfico 4, verifica-se que 40% da amostra conta com sala construída e planejada especificamente para acomodá-la, o que não é garantia de qualidade, pois as mesmas não possuem espaços anteriormente previstos para a realização das diversas atividades que uma biblioteca demanda.

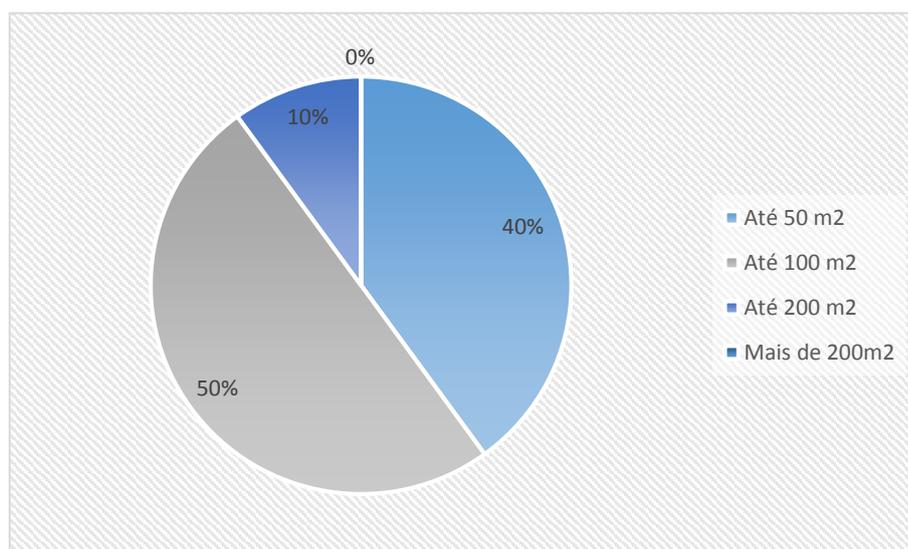
Gráfico 4 – Localização da Biblioteca Escolar



Fonte: Autoria própria.

Com relação à dimensão do espaço físico destinado à biblioteca escolar, no Gráfico 5, verifica-se que 40% possuem até 50 m², 50% possuem até 100 m², 10% possui até 200 m² e 0% possui mais de 200 m². Tais dados, de acordo com os *parâmetros para bibliotecas escolares*, mantêm as bibliotecas estudadas no nível básico.

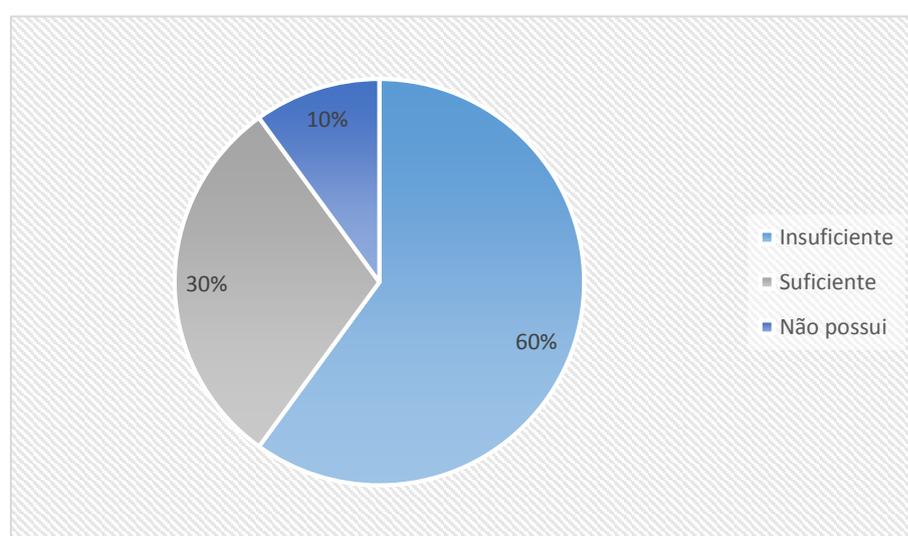
Gráfico 5 – Espaço físico da Biblioteca Escolar



Fonte: Autoria própria.

No Gráfico 6, no que diz respeito às acomodações necessárias para que os usuários possam consultar materiais e/ou realizar atividades, constata-se que apenas 30% das bibliotecas dos CEFs de Samambaia possuem assentos e mesas suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira e 10% não possui acomodações.

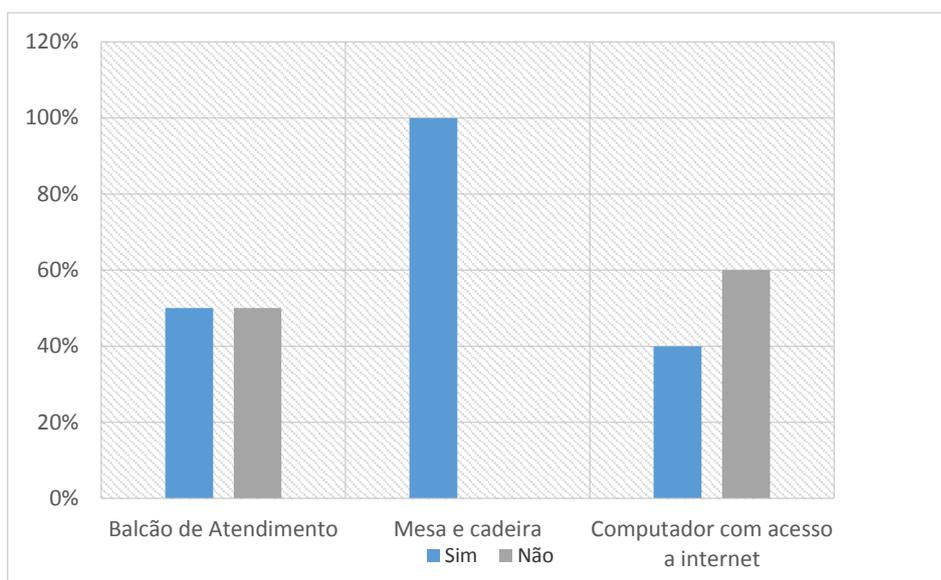
Gráfico 6 – Acomodações da Biblioteca Escolar



Fonte: Autoria própria.

Com relação aos ambientes específicos para o desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos (Gráfico 7), constata-se que apenas 50% possui balcão de atendimento, 40% possui computador com acesso à internet e 100% possui mesas e cadeiras para trabalhar.

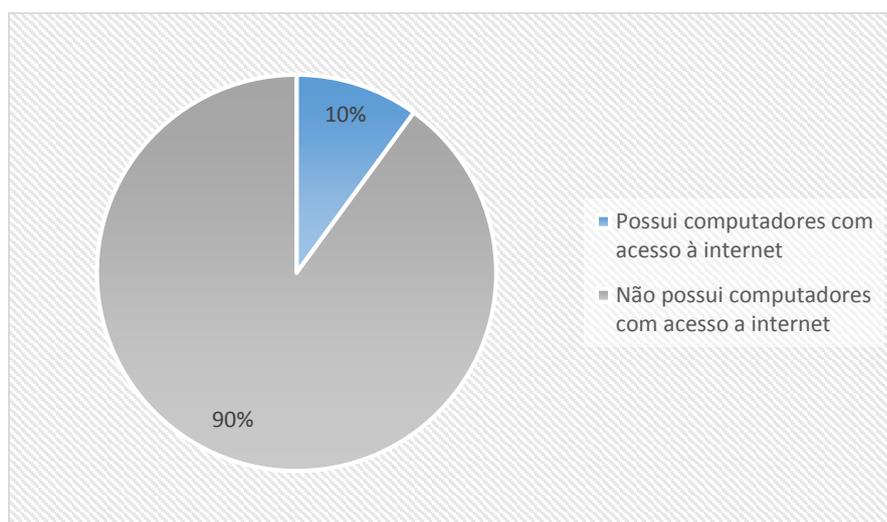
Gráfico 7 – Ambiente para serviços técnicos e administrativos na Biblioteca Escolar



Fonte: Autoria própria.

Observa-se no Gráfico 8 que a porcentagem de computadores ligados à internet como fonte de informação, complementando o acervo em bibliotecas escolares de Centros de Ensino Fundamental em Samambaia, é bastante baixa. Apenas 10% da amostra possui computadores para esse fim.

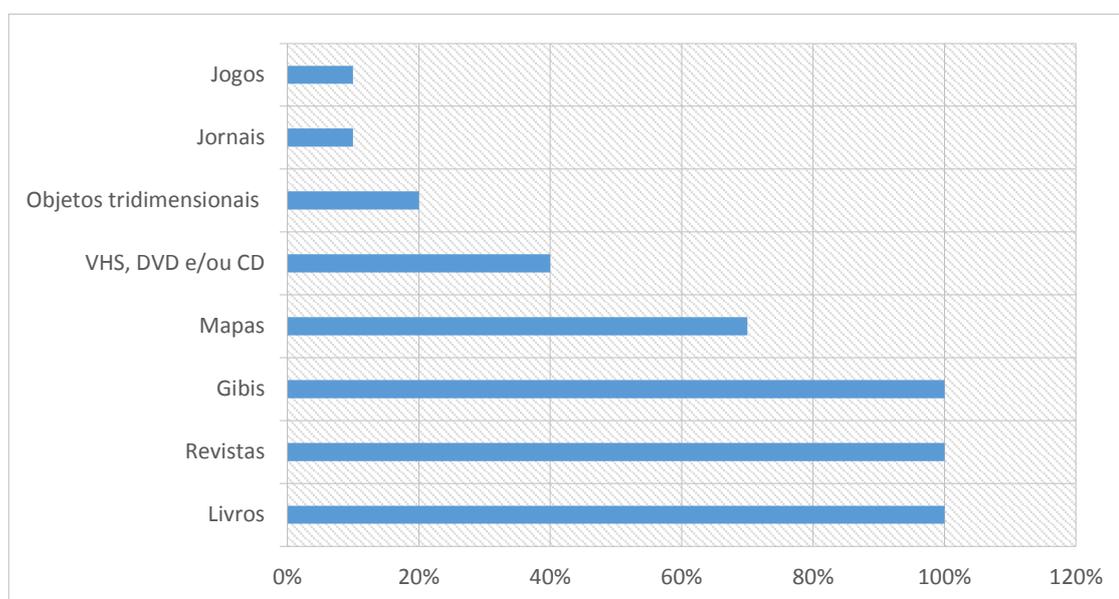
Gráfico 8 – Computadores com acesso à internet na Biblioteca Escolar



Fonte: Autoria própria.

De acordo com o Gráfico 9, 100% das bibliotecas dos Centros de Ensino Fundamental de Samambaia possuem livros, revistas e gibis, 70% possui mapas, 40% possui mídias, 20% possui objetos tridimensionais, 10% possui jornais e jogos.

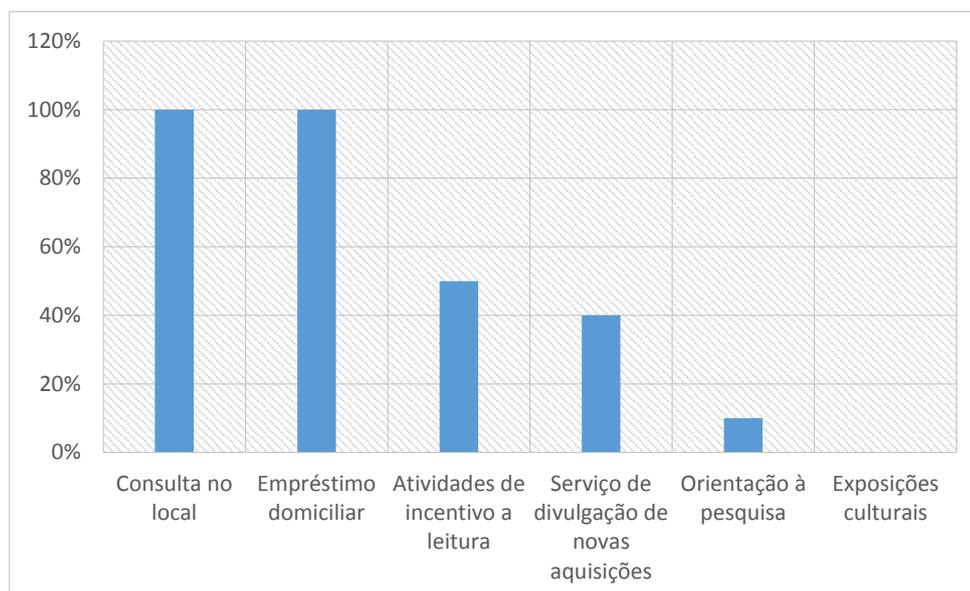
Gráfico 9 – Tipos de suporte da Biblioteca Escolar



Fonte: Autoria própria.

O Gráfico 10 revela que os serviços mais oferecidos pelas bibliotecas pesquisadas são a consulta no local e o empréstimo domiciliar que representaram, cada um, 100% das respostas.

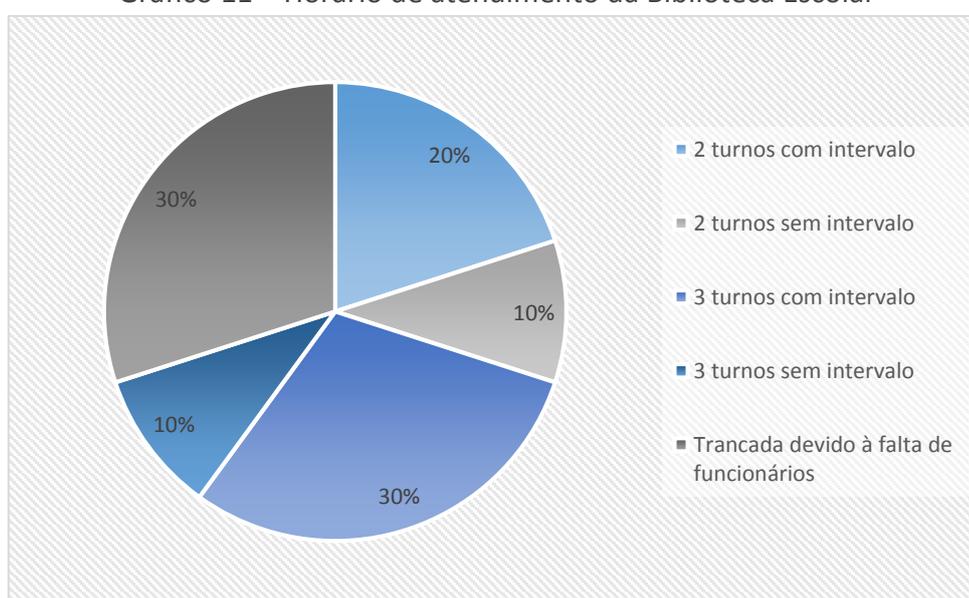
Gráfico 10 - Serviços prestados pela Biblioteca Escolar



Fonte: Autoria própria.

Conforme os dados do Gráfico 11, 20% da amostra atende em 2 turnos com intervalo, 10% atende em 2 turnos sem intervalo, 30% atende em 3 turnos com intervalo, 10% atende em 3 turnos sem intervalo e 30% afirmaram possuir horário de atendimento, entretanto, as bibliotecas estavam trancadas devido à falta de funcionários. A realidade observada é que devido ao afastamento por motivo de saúde de funcionários readaptados, muitas vezes as bibliotecas escolares não possuem horário regular ou mesmo se encontram trancadas, o que torna a determinação de um horário de funcionamento muito instável.

Gráfico 11 – Horário de atendimento da Biblioteca Escolar



Fonte: Autoria própria.

Em suma, os dados sobre os recursos, infraestrutura e os serviços e produtos ofertados pelas bibliotecas pesquisadas mostram que, na verdade, os centros de ensino contam com salas de leitura, que funcionam sem bibliotecários, isto é, com professores e servidores readaptados. A maior parte das salas de leitura funciona em salas disponíveis, com metragem de até 100 metros quadrados. As salas de leitura, em geral, não possuem assentos suficientes para acomodar uma turma inteira, apesar de todos espaços contarem com mesas e cadeiras. Observa-se que 90% não possuem acesso à internet, em sua maioria contam com apenas três tipos de suporte e os serviços e horários de funcionamento da biblioteca são prejudicados pela ausência constante de funcionários.

A situação das bibliotecas estudadas não apresenta grande melhoria desde o surgimento delas no século XVI. Mais ainda, a realidade precária endossa as observações de Gasque e

Tescarolo (2010) sobre as estruturas precárias, acervo obsoleto, insuficiência de recursos dentre outros. Os autores ressaltam que apesar do reconhecimento da importância da biblioteca escolar pela sociedade, elas permanecem como apêndices na comunidade escolar. A falta de bibliotecas e a identificação de salas de leitura estão de acordo com os dados estatísticos de que apenas 25% das escolas possui biblioteca (TAKAHASHI, 2000). E que, elas são usadas meramente como depósitos de livros (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007).

5.2. APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O subtópico apresenta a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com 10 gestores dos Centros de Ensino Fundamental de Samambaia e objetiva descrever a utilização de políticas públicas pelas bibliotecas escolares selecionadas, além de verificar se as políticas públicas existentes são suficientes para que as bibliotecas possam funcionar adequadamente.

5.2.1. Importância da Biblioteca Escolar para a Instituição de Ensino

A pesquisa buscou verificar a opinião dos entrevistados sobre a importância da biblioteca escolar para a instituição de ensino. Por meio da análise das respostas obtidas pelos gestores dos CEFs de Samambaia, verificou-se que na totalidade os entrevistados consideram a biblioteca escolar como recurso importante na instituição de ensino. Apesar disso, foi possível notar que a grande maioria vê unicamente com o papel de fomentar a leitura. Os depoimentos a seguir exemplificam a questão:

Fundamental. Porque é um ambiente propício que incentiva a leitura e a gente sabe da importância da leitura na educação. Quando o aluno tem o hábito de ler, a melhora acontece em todas as disciplinas. Ele aprende a interpretar melhor, a ler melhor, então, a visão dele aumenta consideravelmente (Gestora do CEF 312).

Ela é fundamental, pois é o coração da escola. Através da leitura, o aluno aprende a interpretar. Com a leitura, ele melhora em todos os outros componentes curriculares. (Gestor do CEF 407).

De suma importância para a formação dos estudantes, a descoberta do mundo e o incentivo à leitura e ao letramento (Gestor do CEF 507).

Fundamental. Por ser fonte de pesquisa. Imagina uma escola sem fonte de pesquisa. O professor precisa de respaldo para o que diz em sala (Gestor do CEF 519).

5.2.2. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

A pesquisa buscou investigar dois pontos acerca do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)⁵: a) o benefício efetivo para as bibliotecas selecionadas para a amostra e; b) se as obras recebidas são atualizadas e com qual frequência chegam à instituição. Averiguou-se que todas as instituições selecionadas recebem acervo do PNBE anualmente, entretanto, as obras não têm data certa para chegar. Uma mesma remessa chega aos poucos durante o ano e em algumas instituições ocorreram entregas erradas. Os depoimentos, a seguir, exemplificam a questão:

Uma vez ao ano, sem data específica, chegam obras do PNBE no CEF 412 (Gestora do CEF 412).

Uma mesma remessa chega dividida em caixas de 3 a 4 vezes ao ano. É comum ocorrerem entregas erradas e/ou insuficientes (Gestor do CEF 507).

Chegam livros novos durante o ano. É para ser uma vez ao ano, entretanto vem tudo aos poucos, mas é tudo do mesmo pacote (Gestor do CEF 427).

⁵ O PNBE, criado em 1997 por iniciativa do MEC, tem por missão promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores das escolas de ensino público do DF.

5.2.3. Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL)

Este item buscou investigar se o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL)⁶ beneficia as bibliotecas selecionadas para a amostra e se as obras recebidas são atualizadas e com qual frequência chegam à instituição. Averiguou-se que dentre as dez instituições pesquisadas, apenas três já receberam acervo do PNLL, não havendo periodicidade definida. Vale ressaltar que o Programa é bastante desconhecido por parte das bibliotecas escolares, talvez em razão do fato do PNLL priorizar as bibliotecas públicas, o que pode ser explicado pelo fato de ser este um Programa do MinC, com ação secundária do MEC.

5.2.4. Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)

O objetivo da questão foi averiguar se o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)⁷ beneficia, de alguma forma, as bibliotecas das instituições selecionadas e qual o ponto de vista dos gestores dessas escolas sobre a função dos computadores como complemento ao acervo da biblioteca escolar. Averiguou-se que apenas em uma instituição os computadores exercem essa função. Os demais gestores informaram que os computadores com acesso à internet fornecidos pelo Proinfo não devem ser destinados às bibliotecas, mas sim à criação de laboratórios de informática. Com relação ao ponto de vista dos entrevistados, foi possível observar que todos compreendem a importância de computadores complementando o acervo das bibliotecas escolares, entretanto, fazem ressalvas quanto ao uso inadequado dos equipamentos pelos estudantes. Os depoimentos a seguir exemplificam a questão:

É importante ter computadores com acesso à internet em bibliotecas escolares, pois os mesmos ampliam o horizonte da pesquisa (Gestor do CEF 404).

São importantes, porém, é muito comum os alunos irem na biblioteca para usar apenas o computador (Gestor do CEF 411).

⁶ O PNLL, instituído em 2006 por iniciativa do MinC e do MEC, tem o objetivo de promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no Brasil.

⁷ O Proinfo, instituído em 1997 por iniciativa do MEC, foi criado com a finalidade de promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio.

Todos os anos, no Censo Escolar, colocam-se as necessidades da escola, mas cabe ao GDF mandar ou não. (Gestor do CEF 427).

5.2.5. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

A questão objetivou entender como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)⁸ beneficia a biblioteca escolar. Constatou-se que, apesar de o PDDE englobar várias ações e objetivar a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, existe consenso pela totalidade dos entrevistados na afirmação de que a verba do PDDE é utilizada, de acordo com as necessidades, pois é uma verba que abrange toda a instituição. Nesse contexto, a biblioteca só é beneficiada pela verba se não houver ações consideradas mais importantes na ata de prioridades⁹. Outra questão é que os livros comprados com a verba que provem do PDDE, tornam-se patrimônio e, por isso, passam a ser responsabilidade dos gestores das instituições. Em razão disso, muitos livros não são postos à disponibilidade dos estudantes, pois caso o mesmo seja furtado, o gestor será responsável por repô-lo. Os depoimentos a seguir exemplificam a questão:

O PDDE pode beneficiar a biblioteca, quando a necessidade está de acordo com aquilo que pode ser contemplado com este recurso (Gestora do CEF 412).

O problema em se adquirir livros com o PDAF ou com o PDDE é que eles se tornam patrimônio. A escola automaticamente passa a ser responsável pelo patrimônio e quem presta contas, caso os livros desapareçam, é o gestor, e por esse motivo eu recebi o conselho de não comprar livros com a verba desses programas, pois eu teria que

⁸ O PDDE, instituído em 1995 por iniciativa do MEC, tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

⁹ A Ata de prioridades é um documento a ser preenchido e firmado entre o Conselho Escolar e o Caixa Escolar. Nesse documento deve constar todas as necessidades de aquisição de Capital e de Custeio, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola.

arcar com qualquer prejuízo. A escola possui livros comprados com a verba do PDAF, que foram patrimoniados e, por esse motivo, estão guardados e não serão colocados para empréstimo (Gestor do CEF 411).

Todo ano é confeccionada uma ata de prioridades onde o conselho escolar se reúne e analisa as prioridades e necessidades da instituição de ensino (Gestor do CEF 504).

O PDDE pode beneficiar a biblioteca, mas como há prioridades maiores, como por exemplo um banheiro quebrado, vou ter que priorizar o banheiro e não arrumar a biblioteca. Isso é o que comumente acontece, pois o índice de vandalismo é muito grande então sempre tem algo com maior prioridade (Gestor do CEF 507).

5.2.6. Outros Programas e Ações

Buscou-se verificar se havia algum outro programa que beneficiasse a biblioteca escolar, que não fora mencionado ao longo da entrevista. A totalidade dos entrevistados citou a existência do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF)¹⁰. Averiguou-se, praticamente, os mesmos resultados obtidos na questão sobre o PDDE, embora o PDAF tenha finalidade específica e distinta do PDDE, existe consenso pela totalidade dos entrevistados na afirmação de que a verba do PDAF é utilizada de acordo com as necessidades. Nesse contexto, a biblioteca só será beneficiada pela verba, caso não haja ações consideradas mais importantes na ata de prioridades.

Além do PDAF, segundo os entrevistados, todos os anos o GDF destina recursos para aquisições em eventos, que ocorrem durante o ano, como Feira do Livro e Bienal do Livro. Não ficou claro, a partir dos depoimentos colhidos, se esses recursos integram os programas já mencionados (PDDE e PDAF) ou se provêm de outra fonte. Os depoimentos a seguir exemplificam a questão:

¹⁰ O PDAF, instituído em 1995 por iniciativa do MEC, tem como objetivo contribuir na realização do projeto pedagógico, administrativo e financeiro das Instituições Educacionais e das Diretorias Regionais de Ensino.

O PDAF vem do governo distrital e é a verba que mantém a escola mesmo (Gestora do CEF 312).

O GDF destina recursos as necessidades escolares para aquisições na Feira do Livro e Bienal do Livro como a ocorrida no mês de abril de 2014. PDAF (do GDF). Através de eventos realizados pela instituição (festa junina, bazar, festa, etc.) (recursos próprios) (Gestor do CEF 404).

O problema em se adquirir livros com o PDAF ou com o PDDE é que eles se tornam patrimônio. A escola automaticamente passa a ser responsável pelo patrimônio e quem presta contas, caso os livros desapareçam, é o gestor. Por esse motivo, eu recebi o conselho de não comprar livros com a verba desses programas, pois eu teria que arcar com qualquer prejuízo. A escola possui livros comprados com a verba do PDAF que foram patrimoniados e por esse motivo estão guardados e não serão colocados para empréstimo (Gestor do CEF 411).

A verba vinda do PDAF se destina a funções pedagógicas (Gestor do CEF 519).

5.2.7. Efeitos das Legislações nas Bibliotecas Escolares

Essa questão objetivou investigar as leis sobre a universalização das bibliotecas e a da profissão bibliotecário e o impacto delas nas instituições de ensino pesquisadas. A totalidade dos entrevistados afirmou que as normas estabelecidas pelas autoridades, até o momento, não fizeram efeito nas instituições. Os depoimentos a seguir exemplificam a questão:

Até o momento as leis em questão não afetaram de maneira alguma a instituição. A escola não possui bibliotecário e, por esse motivo, a biblioteca é considerada sala de leitura (Gestora do CEF 412).

Os funcionários que atuam na biblioteca hoje, são funcionários readaptados de outras funções, que muitas vezes não tem interesse nem motivação para atuar na nova área. O grande problema de biblioteca hoje é isso. Se a lei realmente estivesse sendo

cumprida e tivéssemos o bibliotecário para realizar o trabalho, seria perfeito. Mudaria tudo. Só que essa não é a nossa realidade (Gestor do CEF 504)

5.2.8. Programas ou ações destinadas à capacitação de funcionários com relação a Biblioteca Escolar

O objetivo deste quesito foi verificar se nas instituições de ensino selecionadas ocorrem programas ou ações destinadas à capacitação dos funcionários readaptados com relação à biblioteca. Grande parte dos entrevistados afirmou que existem cursos frequentemente oferecidos pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), com o objetivo de promover a formação continuada dos profissionais da educação em consonância com as demandas das escolas da rede pública do DF. Entretanto, os entrevistados citaram desvantagens em relação aos cursos oferecidos pela EAPE, como a distância da onde são realizados, a não obrigatoriedade de participação dos funcionários readaptados e a pouca profundidade dos cursos. Os depoimentos a seguir exemplificam a questão:

A EAPE sempre oferece diversos cursos, mas depende da boa vontade dos responsáveis pela biblioteca, que muitas vezes não querem fazer (Gestora do CEF 312).

A EAPE sempre oferece cursos, porém, com pouca profundidade. Não é obrigatório e, muitas vezes, os funcionários não estão interessados. Normalmente, as pessoas que tem problemas são remanejadas para a sala de leitura das escolas. Tem cinco pessoas lotadas na Sala de Leitura do 507, mas se você for lá agora, não tem nenhuma sequer, a biblioteca está fechada. (Gestor do CEF 507).

5.2.9. Avaliação dos programas de Políticas Públicas

Este item procurou entender como os gestores das Instituições de Ensino selecionadas avaliam as políticas públicas voltadas para a biblioteca escolar, bem como listar sugestões para a melhoria dos programas. Os resultados mostram discordância entre os entrevistados. Alguns

acreditam que as políticas públicas são suficientes e o que falta no momento são funcionários qualificados, mas a maioria acredita que além dos profissionais qualificados devem existir programas e ações que visem o investimento em mobiliário, espaço físico e tecnologia específicos para biblioteca escolar. No que se refere aos profissionais, ressalta-se a percepção da necessidade de provimento dos cargos por meio de concurso público. Os depoimentos a seguir exemplificam a questão:

As doações do FNDE são muito boas. O que precisa é que a secretária de educação comece a fazer concursos para bibliotecário, e fiscalize o trabalho para ver se ele está sendo feito corretamente, assim como acontece com os professores (Gestora do CEF 312).

Apenas os programas existentes não estão sendo suficientes para fazer com que a Biblioteca Escolar cumpra o seu papel. Devem haver mais programas que visem o investimento em mobiliário, espaço físico e tecnologia (Gestora do CEF 412).

As Políticas Públicas são insuficientes, inoperantes tanto para o funcionamento quanto para a qualidade da biblioteca. Precisa de profissionais da área. Para fazer alguma coisa funcionar, tem que ter seriedade, tem que abrir concurso (Gestor do CEF 507).

É importante que de fato implementem uma biblioteca com um profissional adequado lá dentro. Não precisa de mais dinheiro. A gente tem verba, tem como conseguir. O que a gente precisa, é de uma pessoa que conheça as necessidades de uma biblioteca e faça requisições de acordo com isso. Verba hoje tem, o que falta são recursos humanos (Gestor do CEF 519).

Em suma, os dados sobre a utilização de políticas públicas pelas bibliotecas pesquisadas mostram que, a biblioteca escolar é considerada como um agente importante na instituição de ensino; todas as instituições selecionadas recebem acervo do PNBE anualmente, entretanto, falta administração adequada ao programa; somente três instituições já receberam acervo do

PNLL; apenas em uma instituição há computadores disponibilizados pelo Proinfo complementando o acervo da biblioteca; o PDDE e o PDAF são verbas utilizadas de acordo com as necessidades, pois são verbas que abrangem toda a instituição; as legislações que dispõem sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país e sobre a profissão do bibliotecário, até o momento, não fizeram efeito nas instituições pesquisadas; os cursos para promover a formação continuada dos profissionais da educação oferecem diversas desvantagens que afetam o desempenho dos responsáveis pela biblioteca e; a maioria dos entrevistados acreditam que as políticas públicas existentes não são suficientes para que a biblioteca escolar possa cumprir seu papel.

A utilização de políticas públicas pelas bibliotecas apresenta grande melhoria desde seu surgimento no Brasil no século XX. Entretanto, apesar de se perceber que a educação como direito social e a biblioteca escolar encontram amparo legal do governo, a implantação de políticas públicas ainda está em sua fase inicial e não se traduz em ações concretas que mudem com eficácia a realidade da sociedade brasileira. Nesse contexto, as políticas públicas devem ter por finalidade propiciar melhorias educacionais, sociais e culturais, não apenas criando normas, mas criando e concretizando ações efetivas para que o direito, a cultura e a informação sejam direitos do povo, e em prol da melhoria da sociedade (FURTADO, 2011).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas pessoas desconhecem o papel do governo em relação ao suporte para a criação de bibliotecas escolares de qualidade no país. Por esse motivo, essa temática é pouco discutida, agravando assim o problema. Diversos profissionais devem estar envolvidos nesse processo, tais como gestores, bibliotecários, governo e sociedade, que, infelizmente, acabam aceitando a situação em que se encontram as bibliotecas escolares, talvez, por não possuírem o conhecimento dos seus direitos.

Apesar disso, existem diversas discussões em torno da importância da biblioteca escolar. Autores como Campello (2010), Gasque (2013), Pimentel, Bernardes e Santana (2007) Gasque e Tescarolo (2010), citados ao longo deste trabalho, apontam as condições precárias em que as bibliotecas escolares da rede pública se encontram, e o que se pode perceber é que os programas existentes atuam mais como fornecedores de livros e desconsideram questões como a estrutura, a capacitação e a qualidade da biblioteca escolar.

A presente pesquisa, realizada por meio de instrumentos de coleta de dados previamente selecionados (observação, formulário e entrevista) nas bibliotecas dos Centros de Ensino Fundamental de Samambaia, no Distrito Federal, permitiu diagnosticar como as políticas públicas existentes contribuem para o exercício dos papéis educacional e cultural da biblioteca escolar como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

A amostra pesquisada considera as bibliotecas dos centros em que atuam, como salas de leitura. Por esse motivo não há profissional qualificado para a realização de atividades que uma biblioteca de qualidade demanda, e em decorrência dessa situação, deixa de ofertar serviços essenciais. Os programas que deveriam fornecer algum respaldo para a formação continuada desses profissionais são oferecidos pela EAPE e possuem diversas desvantagens como a distância entre a instituição e o local onde são realizados, a não obrigatoriedade de participação dos funcionários readaptados e a pouca profundidade dos cursos.

Revelou-se que os gestores das instituições de ensino, que participaram da pesquisa, consideram a biblioteca escolar como recurso fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, foi possível perceber que grande parte a vê unicamente com o papel de fomentar a leitura. As bibliotecas escolares estudadas não desenvolvem projetos com professores e gestores, impedindo assim a integração entre a biblioteca e a escola no processo de ensino aprendizagem.

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa revelam, também, que a estrutura física das bibliotecas escolares é precária e inapropriada para a prática da leitura e da pesquisa. A verba recebida pelos programas de assistência financeira em caráter suplementar, PDAF e PDDE, apesar de englobarem várias ações e objetivarem a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, deve ser utilizada de acordo com as necessidades e não abrange toda a instituição. Sendo assim, a biblioteca só é beneficiada pela lista, em situações em que não há ações consideradas mais importantes na ata de prioridades. Nesse contexto, o PDAF e o PDDE são programas que não contribuem suficientemente para que a estrutura física das bibliotecas escolares sejam espaços adequados para a prática da leitura e da pesquisa.

Identificaram-se políticas públicas voltadas para a promoção do livro, porém, não houve aplicação adequada das mesmas. O PNLL mostrou-se pouco ativo, já o PNBE possui participação ativa e anual no apoio as bibliotecas escolares através da distribuição de obras de qualidade. Apesar disso, constatou-se que o Programa fornece poucos tipos de suporte, deixando de lado outros materiais que devem fazer parte de uma biblioteca escolar (mapas, VHS, DVD, CD, objetos tridimensionais, jornais, jogos, etc.). Além disso, as obras fornecidas pelo programa não têm data certa para chegar, o que pode atrapalhar o planejamento da escola. Em suma, a ação simples de receber livros não mudará a situação em que se encontram as bibliotecas escolares no momento atual.

Com relação a recursos tecnológicos, a biblioteca escolar deve permitir o acesso aos recursos de informação eletrônica, que possam estimular os programas de cunho educacional e culturais. Apesar disso, apenas uma das bibliotecas estudadas possuía computadores com acesso à internet disponibilizados pelo Proinfo e os demais gestores das outras instituições afirmaram que os computadores com acesso à internet fornecidos pelo Proinfo não devem ser destinados às bibliotecas, mas sim à criação de laboratórios de informática. Constatou-se, portanto, a incerteza do uso com relação a este recurso.

Pelo diagnóstico apresentado, fica evidente a precariedade da realidade das bibliotecas escolares estudadas. Os motivos expostos, justificam a necessidade de se implantar políticas públicas específicas em prol da ativação de bibliotecas escolares de qualidade nas instituições de ensino do país.

Os pontos apresentados mostram desinteresse por parte da comunidade escolar pela biblioteca, e reforça a urgência da criação de políticas voltadas para a contratação de bibliotecários para assumirem a coordenação das bibliotecas escolares, por meio do provimento de cargos de concurso público, a fim de se ativar adequadamente esses espaços. Além disso,

faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas especificamente para as bibliotecas escolares da rede pública de ensino do país, visando solucionar esses problemas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, Fernando de... et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: Santos Junior, Orlando Alves dos (org.) et al. **Políticas Públicas e Gestão**. Rio de Janeiro: FASE, 2003. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/grupos/gedra/textos/Texto1_politicas_publicas_no_br_TaniaBacelar.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a história das rupturas**. Rio de Janeiro: Pedagogia em Foco, 2001.

BIBLIOMANIA. **Agenda: encerramento do ciclo de conferências/EPHE-Paris**. 2013. Disponível em: <<http://bibliomania-diversidades.blogspot.com.br/2013/03/agenda-encerramento-do-ciclo-de.html>>. Acesso em: maio 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2012: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2013.

BRASIL. Lei nº 4.084, de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 02 de jul. de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: mar. de 2014.

BRASIL. Lei nº 7.504, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2 de jul. de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 de jun. de 1998. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9674.htm>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 7 de fev. de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental**. 2013. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/component/content/article/263.html>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)**. Brasília: FNDE, [20--]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Infraestrutura**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18842:infraestrutura&catid=195:seb-educacao-basica>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL)**. Brasília: FNDE, [20--]. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/tag/plano-nacional-do-livro-e-leitura-pnll/>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF)**. Brasília: FNDE, [20--]. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/programas-projetos/programa-descentralizacao-administrativa-financeira.html>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Brasília: FNDE, [20--]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**. Brasília: FNDE, [20--]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)**. Brasília: FNDE, [20--]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Nacional PISA 2012: resultados brasileiros**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o Programa Nacional Biblioteca na Escola**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2002.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CAMPELLO, Bernadete (Coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares**. Belo Horizonte: UFMG/ECI/GEBE, 2010. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=11>. Acesso em: abr. 2014.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. **Organização da Educação Brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CÔRTE, Adelaide Ramos; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca Escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2012, p. 168-200. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

DISTRITO FEDERAL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Entendendo o Salário Educação**. Brasília: FNDE, 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>>. Acesso em: abril de 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal. **Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/component/content/article/264.html>>. Acesso em: fevereiro de 2014.

EGGERT-STEINDEL, Gisela e FONSECA, Caio Faria. A biblioteca escolar: participante da promoção da justiça e êxito escolar. In: Congresso de Leitura do Brasil, 17., Campinas, SP. **Anais eletrônicos...** Campinas, SP: UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem01/COLE_508.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia de ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

FRANÇA. Organisation de coopération et de développement économiques. **Brazil: results from PISA 2012**. Paris: OECD, 2012. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/PISA-2012-results-brazil.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FURTADO, Denise Aroucha. Políticas públicas e biblioteca escolar: a realidade ludovicense. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 24., 2011, Maceió, Alagoas. **Anais...** Maceió, Alagoas: UFMA, 2011.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Centro de recursos de aprendizagem: biblioteca escolar para o século XXI. **Rer. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 138-153, jan./abr. de 2013. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/565>>. Acesso em: maio 2014.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo. Desafios para implementar letramento informacional na educação básica. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 41-56, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/03.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. Tradução de Neusa Dias Macedo e Helena Gomes de Oliveira. São Paulo: IFLA, 2005. Disponível em <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: 80 anos de renovação**. São Paulo: IPF, 2013. Disponível em <<http://www.paulofreire.org/es/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-80-anos-de-renovacao>>. Acesso em: maio 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEMOES, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n3/a03v32n3.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307/45978>>. Acesso em: set. 2013.

MACKENZIE. **História do Instituto**. 2014. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/historia_ipm.html>. Acesso em: maio 2014.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. **Educação básica: políticas, legislação e gestão - leituras**. São Paulo: Cengage Learning, c2004.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social: Introdução às suas técnicas**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969

O NORDESTE. **Anísio Teixeira**. Pernambuco: O Nordeste, [200-]. Disponível em: <http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=An%EDsio+Teixeira<r=a&id_perso=112>. Acesso em: maio 2014.

ORGANIZACAO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Modelo flexível para um Sistema nacional de bibliotecas escolares**: Colombia, Costa Rica, Peru, Venezuela. Brasília: Feab, 1985.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 1 (58). p. 173-188 jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a10>>. Acesso em: abr. 2014.

PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliâne; SANTANA, Marcelo. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. **O Estudo da Política**: Temas Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTANA FILHO, Severino Farias de. O papel da biblioteca escolar na formação do leitor. In: Congresso de Leitura do Brasil, 15., 2005, Campinas, SP. **Anais eletrônicos...** Campinas, SP: UNICAMP, 2005. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/Sem02/severinofarias.htm>. Acesso em: mar. 2014.

SILVA, Ezequiel T. **Leitura e realidade brasileira**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1986.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Uma análise sobre a identidade da biblioteconomia**: perspectivas históricas e objeto de estudo. Olinda: Livro Rápido, 2010.

SILVA, Monica do Amparo. Biblioteca escolar e educação. In: Seminário Biblioteca Escolar: espaço de ação pedagógica, 3., 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: GEBE, 2004. Disponível em: <www.eci.ufmg.br/gebe/downloads/323.pdf>. Acesso em: dez. 2013.

SOBRAL, Luís de Moura. Uma nota sobre ilusionismos e alegorias na pintura barroca de Salvador da Bahia. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 511-522, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n40/11.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO. **História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: UCB, 2007.

VÁLIO, Else Benetti Marques. **Biblioteca escolar**: uma visão histórica. *Revista Trans-informação* 2(1): 15 - 24, jan./abr. de 1990. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=14455>>. Acesso em: abr. 2012.

WALTER, Moreira. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em <http://portais.ufg.br/uploads/19/original_Revis__o_de_Literatura_e_desenvolvimento_cient_fico.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

WIKIMEDIA COMMONS. **Academia de Direito e Convento de São Francisco**. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2014. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Academia_de_Direito_e_Convento_de_S%C3%A3o_Francisco,_SP,_1862.jpg>. Acesso em: maio 2014.

WIKIMEDIA COMMONS. **Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobuçu**. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2013. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Benedito_Calixto_-_Anchieta_e_N%C3%B3brega_na_cabana_de_Pindobu%C3%A7u.jpg>. Acesso em: maio 2014.

WIKIMEDIA COMMONS. **Colégio Pedro II e Igreja de São Joaquim, 1856**. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2013. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Colegio_Pedro_II_\(1856\).jpg?uselang=pt](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Colegio_Pedro_II_(1856).jpg?uselang=pt)>. Acesso em: maio 2014.

WIKIMEDIA COMMONS. **Photograph of the Biblioteca Nacional do Brasil**. Estados Unidos: Fundação Wikimedia, 2014. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Americana_1920_Libraries_-_Bibliotheca_Nacional_Rio_de_Janeiro.jpg>. Acesso em: maio 2014.

APÊNDICE A – Solicitação de entrevista



Universidade De Brasília – UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI
Bacharelado em Biblioteconomia

Prezado(a) Gestor(a),

O presente roteiro de entrevista tem como objetivo a coleta de dados para o trabalho, cujo título é **Políticas Públicas aplicadas a Biblioteca Escolar**, pré-requisito para obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

A pesquisa tem como finalidade diagnosticar como as políticas públicas existentes contribuem para o exercício dos papéis educacional e cultural da biblioteca escolar como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, solicita-se a sua colaboração para responder as perguntas da entrevista, cujo roteiro segue em anexo. As informações fornecidas terão anonimato garantido, sem a identificação individual dos entrevistados, e serão de fundamental importância para o bom andamento do estudo. Agradeço desde já a sua colaboração.

Atenciosamente,

Alanna Gianin de Souza Torres
alanna.gs@gmail.com

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista



Universidade De Brasília – UnB

Faculdade de Ciência da Informação – FCI

Bacharelado em Biblioteconomia

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1. No seu ponto de vista, qual a importância da Biblioteca Escolar para a Instituição de Ensino?**

- 2. No governo, as políticas públicas voltadas para a bibliotecas escolar, consistem especificamente no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). A sua biblioteca recebe acervo desse programa? Como isso ocorre?**

- 3. A sua biblioteca recebe livros do PNLL (Plano Nacional de Livro e Leitura)? Como isso ocorre?**

- 4. O Proinfo (Programa Nacional de Tecnologia Educacional) é um programa educacional que objetiva promover o uso da informática na rede pública de ensino. Esse programa beneficia a sua biblioteca? Como isso ocorre?**
 - a) No seu ponto de vista computadores ligados à internet como fonte de informação, complementando o acervo, na biblioteca escolar é importante. Porque?**

- 5. O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) tem por finalidade prestar assistência financeira e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas. Esse programa beneficia a sua biblioteca? Como isso ocorre?**

- 6. Além dos Programas e Ações citados ao longo da entrevista, existe algum outro que beneficia a biblioteca escolar da sua instituição de ensino? Fale a respeito.**

7. A Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Estabelece a obrigatoriedade da instalação de bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas, acervo de livros, de no mínimo, um título para cada aluno matriculado e que a mesma seja efetivada num prazo máximo de dez anos.

A Lei nº 4.084, de junho de 1962, a Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998 e a Lei nº 7.504, de 2 de julho de 1986 dispõem sobre a profissão de bibliotecário e regulamentam o exercício. Restringem a profissão do Bibliotecário aos bacharéis em Biblioteconomia e especificam as atribuições.

Quais os efeitos dessas leis na biblioteca da instituição de ensino em que você atua?

8. Alguma vez, na instituição de ensino em que você atua, ocorreu algum programa ou ação destinado a capacitação de funcionários com relação a biblioteca? Como foi?
9. Como você avalia os programas de políticas públicas? Você acha que eles são suficientes para que a Biblioteca Escolar possa cumprir o seu papel? O que você sugere para melhorar esses programas?

APÊNDICE C – Formulário



Universidade De Brasília – UnB

Faculdade de Ciência da Informação – FCI

Bacharelado em biblioteconomia

Instituição de Ensino

--

Quantidade de alunos

--

Nome da Biblioteca Escolar

--

Possui bacharel ou técnico em biblioteconomia?

Sim

Não

Formação dos responsáveis pela biblioteca escolar

--

A biblioteca conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários?

Sim. Sala construída e planejada especificamente para acomodar a biblioteca.

Não. Sala qualquer selecionada para acomodar a biblioteca.

Área aproximada da biblioteca em m²

--

Quantidade de mesas e cadeiras

--

Ambiente para serviços técnicos e administrativos

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Balcão de atendimento
<input type="checkbox"/> Ambiente específico para atividades técnicas. | <input type="checkbox"/> Computadores com acesso à internet, para uso exclusivo dos funcionários.
Quantos? _____ |
|--|---|

Quantidade de obras disponíveis

--

O espaço físico da BE é composto por:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Estantes
<input type="checkbox"/> Computadores com acesso à internet
<input type="checkbox"/> Área para TV e vídeo | <input type="checkbox"/> Mural informativo
<input type="checkbox"/> Placas de sinalização de uso do espaço
<input type="checkbox"/> Sinalização temática nas estantes |
|---|---|

Tipos de materiais que fazem parte do acervo.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Livros
<input type="checkbox"/> Fotografias
<input type="checkbox"/> Revistas
<input type="checkbox"/> Jornais
<input type="checkbox"/> Jogos | <input type="checkbox"/> Gibis
<input type="checkbox"/> Objetos tridimensionais
<input type="checkbox"/> Mapas
<input type="checkbox"/> VHS, CD e/ou DVD
<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ |
|--|--|

A biblioteca oferece diversos serviços? Selecione as opções que se aplicam.

<input type="checkbox"/> Consulta no local <input type="checkbox"/> Catálogo com acesso remoto <input type="checkbox"/> Catálogo sem acesso remoto <input type="checkbox"/> Empréstimo domiciliar <input type="checkbox"/> Atividades de incentivo à leitura <input type="checkbox"/> Orientação à pesquisa;	<input type="checkbox"/> Serviço de divulgação de novas aquisições <input type="checkbox"/> Exposições culturais <input type="checkbox"/> Serviços específicos para os professores <input type="checkbox"/> Outro _____
---	--

Horários de funcionamento da BE

--